

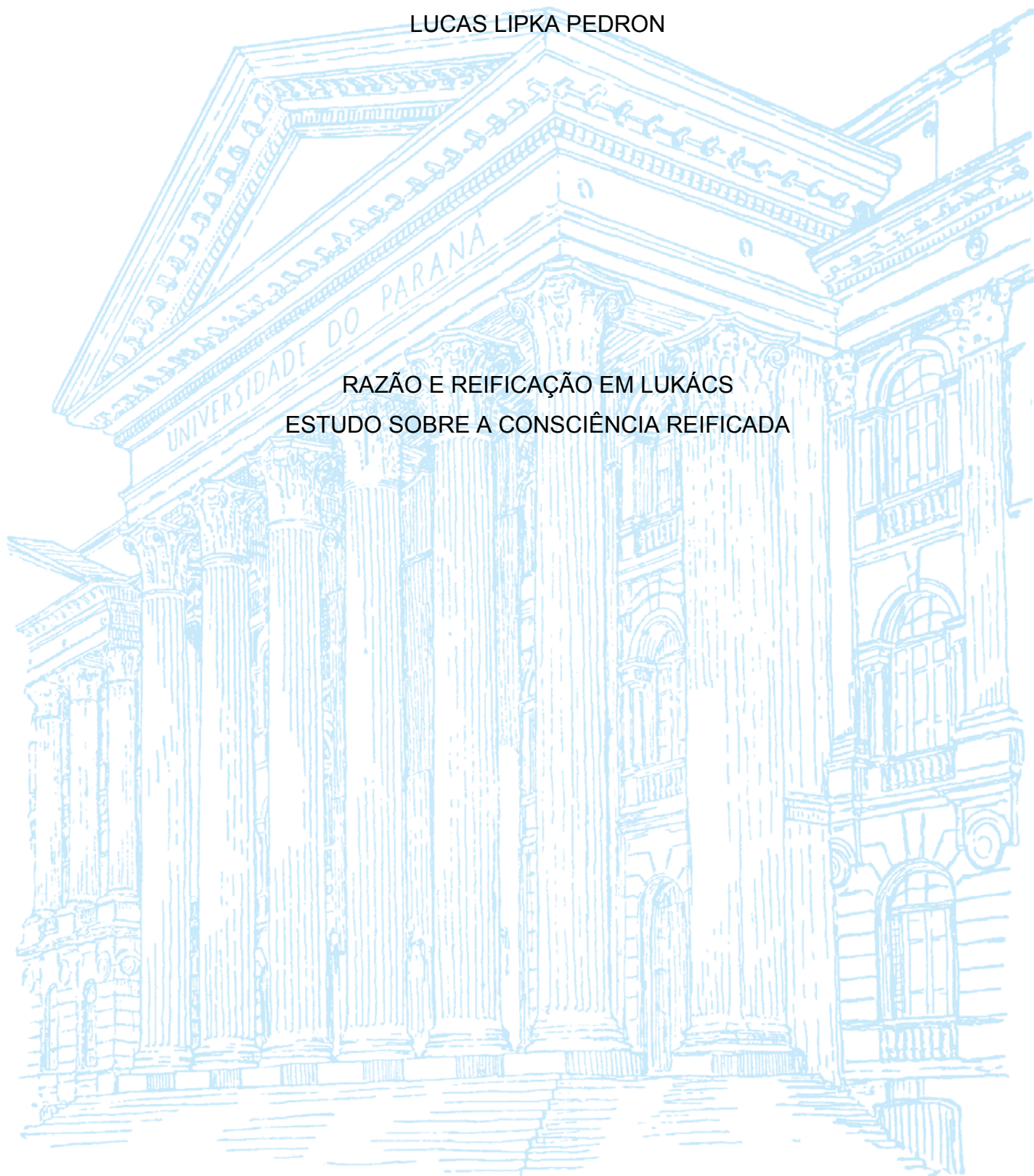
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS LIPKA PEDRON

RAZÃO E REIFICAÇÃO EM LUKÁCS
ESTUDO SOBRE A CONSCIÊNCIA REIFICADA

CURITIBA

2019



LUCAS LIPKA PEDRON

RAZÃO E REIFICAÇÃO EM LUKÁCS
ESTUDO SOBRE A CONSCIÊNCIA REIFICADA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Filosofia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vieira Neto

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Pedron, Lucas Lipka

Razão e reificação em Lukács : estudo sobre a consciência reificada. /
Lucas Lipka Pedron. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Paulo Vieira Neto

1. Lukács, György, 1885 - 1971 – Crítica e interpretação. 2. Marx, Karl,
1818 – 1883. 3. Razão (Filosofia). 4. Classes sociais e política. I. Título.


CDD – 199.439

TERMO DE APROVAÇÃO

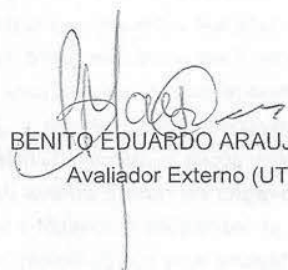
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUCAS LIPKA PEDRON**, intitulada: **RAZÃO E REIFICAÇÃO EM LUKÁCS: ESTUDO SOBRE A CONSCIÊNCIA REIFICADA.**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovado no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 11 de Fevereiro de 2019.


PAULO VIEIRA NETO
Presidente da Banca Examinadora


RODRIGO CZAJKA
Avaliador Externo (UFPR)


BENITO EDUARDO ARAUJO MAESO
Avaliador Externo (UTFPR)



A meus pais e irmãos, trabalhadores.

Ao povo brasileiro, que financiou esta pesquisa.

Aos miseráveis que habitam essa Terra.

AGRADECIMENTOS

Querido leitor, gostaria de poder chamar este trabalho de meu. Certamente que não o posso. Não sem desconsiderar não só as influências, mas como o esforço de todos os que contribuíram com este trabalho. Se possuo algum mérito para a conclusão e a exposição dessa pesquisa, será só o de sistematizar os inúmeros e incansáveis debates que, ao longo destes dois anos, participei.

Assim, aqui elenco as pessoas, conforme minha memória o permite, que possibilitaram que este trabalho se efetivasse:

Meus amigos e colegas;

Aos companheiros de G-FILO e GesPBC, Geraldo, Gustavo, Truta, Barba, Altair, Eloy, Fernanda, Flávio e Mikus.

Companheiras e companheiros de orientação e seminário, Bárbara Canto, Izis Dellatre, Tiago Rickli, Glauber Klein, Crislaine Alves, Felipe Vieira e Luana Rodrigues;

Minhas e meus alunos e companheiros professores, que encheram de alegria esse coração, e deram um sentido prático para o desenvolvimento deste trabalho tão teórico;

Meus companheiros incansáveis de luta André Cunha e Douglas Valério;

Meu orientador normativo de ABNT, revisor e amigo André Luiz Cavanha;

Meus companheiros de estudo do LEITE – Everton, Oseais, Vinicius, Adriel e Jonas.

Minha exótica revisora, conselheira e colaboradora Amanda Gonzales, sem a qual este trabalho não se concretizaria;

Meu grande amigo e exímio marxista Alexsander Machado, sem o qual este trabalho não teria nenhuma bibliografia;

Meu desorientador tão querido, que mais confunde que guia, Paulo Vieira Neto;

Meu co-orientador desde os áureos tempos de graduação Benito Eduardo Maeso;

Meus mais eloquentes e queridos interlocutores Camila Ferraz Milek, Emerson Marçal e Murilo Luiz Milek, cujos debates na porta do bar e nos bancos do pátio mudaram os rumos dessa pesquisa;

Meu terceiro irmão, eterno companheiro e conselheiro, o filósofo Marcos Antônio de França;

Meus dois irmãos, Leonardo e Eduardo, cujo apoio e suporte foram indispensáveis para que eu seguisse meu caminho;

Por fim, meus pais, Vera e Jayme, cujo amor, suor e trabalho inspiraram este trabalho.

*Preso à minha classe e a algumas roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjojo?
Posso, sem armas, revoltar-me? [...]
(DRUMMOND DE ANDRADE, 2010, p.36)*

*en la lucha de classes
todas las armas son buenas
pedras
noches
poemas
(LEMINSKI, 2013, p. 93)*

RESUMO

Esta pesquisa visa demonstrar como a razão se torna um instrumento de reificação da consciência burguesa e proletária. Para tanto, partimos de uma interpretação do ensaio *A Reificação e a Consciência do Proletariado* de György Lukács, onde o filósofo, ao reintroduzir o pensamento hegeliano como tema central de interpretação da obra marxiana, busca mostrar como a razão é instrumentalizada (reduzida a um caráter instrumental) para estabelecer a mercadoria como forma universal do processo de produção e troca de objetos; visando, em um processo continuamente crescente, que a forma mercantil abarque toda manifestação vital das sociedades com as quais interage. O produto dessa forma será a reificação da consciência: a transformação dos sujeitos do mundo em objetos da forma com a qual o mundo mesmo existe.

Palavras-chave: Lukács; Marx; Reificação; Razão; História e Consciência de Classe.

ABSTRACT

This research aims to demonstrate how Reason becomes a tool of reification of bourgeois and proletariat consciousness. For this, we begin our journey with the interpretation of the essay *Reification and the Consciousness of the Proletariat* of György Lukács, where the philosopher, by reintroducing Hegelian thought as the central theme for the interpretation of Marxian work, seeks to show how reason is instrumentalized (reduced to an instrumental character) to establish the commodity as a universal form of the production and exchange of objects; aiming, in an ever increasing process, for the mercantile form to encompass every vital manifestation of the societies with which it interacts. The product of this form will be the reification of consciousness: the transformation of the subjects of the world in objects of the form in which the world itself exists.

Keywords: Lukács; Marx; Reification; Reason; History and Class Consciousness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I – A TEORIA DO VALOR DE KARL MARX	17
1 CAPÍTULO 1 – A FORMA MERCADORIA	19
1.1 A FORMA	19
1.2 A MERCADORIA COMO UMA DUPLA FORMA	22
1.3 A MERCADORIA COMO OBJETO EXTERNO	23
1.4 EXTERIORIZAÇÃO DE SI	24
1.5 A MERCADORIA COMO UTILIDADE	25
1.6 O TRABALHO ÚTIL	27
1.7 A POSSIBILIDADE DA TROCA	29
1.8 O TRABALHO ABSTRATO	30
1.9 O METABOLISMO SOCIAL	32
2 CAPÍTULO 2 – AS FORMAS DA FORMA MERCADORIA	34
2.1 TRANSMUTAÇÃO DA FORMA VALOR	34
2.2 FORMA VALOR SIMPLES	35
2.3 PRIMEIRA PROPRIEDADE DA FORMA VALOR EQUIVALENTE	37
2.4 SEGUNDA PROPRIEDADE DA FORMA VALOR EQUIVALENTE.....	38
2.5 TERCEIRA PROPRIEDADE DA FORMA VALOR EQUIVALENTE	39
2.6 OS DESENVOLVIMENTOS DA FORMA VALOR	40
2.7 A FORMA-DINHEIRO DO VALOR.....	43
PARTE 2 – TRABALHO, RAZÃO, REIFICAÇÃO	45
3 CAPÍTULO 3 – O TRABALHO	47
3.1 OS CONTEÚDOS DA FORMA MERCADORIA	47
3.2 TRABALHO E OBRA	48
3.3 UNIDADE ORGÂNICA	50
3.4 CORPO INORGÂNICO	52
3.5 A FORMA MERCADORIA DO TRABALHO	54
3.6 A CONSCIÊNCIA CLASSE – OU A POSIÇÃO ONTOLÓGICA ENGENDRADA PELA FORMA SOCIAL DO TRABALHO	57
4 CAPÍTULO 4 - SUJEITO E OBJETO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	63
4.1 A REIFICAÇÃO	63
4.2 SUJEITO E OBJETO COMO FORMAS SOCIAIS.....	64

4.3 AS FORMAS - UMA BREVE DIGRESSÃO.....	66
4.4 A FORMA MERCANTIL	68
4.5 O CARÁTER FETICHISTA DA MERCADORIA E SEU SEGREDO.....	70
4.6 OS HIERÓGLIFOS SOCIAIS	73
4.7 A CONTEMPLAÇÃO AS LEIS DO CAPITALISMO	74
4.8 A RACIONALIZAÇÃO COMO PRINCÍPIO	76
4.9 A RACIONALIZAÇÃO E SUAS FORMAS	77
4.10 A RACIONALIZAÇÃO E A UNIDADE ORGÂNICA	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS.....	87

INTRODUÇÃO

No ensaio *A Reificação e a Consciência do Proletariado*, Georg Lukács, ao reintroduzir o pensamento hegeliano como tema central de interpretação da obra marxiana, busca mostrar como a razão é instrumentalizada (reduzida a um caráter instrumental) para estabelecer a mercadoria como forma universal do processo de produção e troca de objetos; visando, em um processo continuamente crescente, que a forma mercantil abarque toda manifestação vital das sociedades com as quais interage.

O primeiro capítulo do volume I do *Capital* mostra que a mercadoria, enquanto produto do trabalho humano, é produzida com dois valores: um valor de uso e um valor de troca. O valor de uso é comumente entendido como a utilidade com a qual um objeto é fabricado; e esta utilidade sempre é uma utilidade para um indivíduo humano. Tudo o que é produzido pelo trabalho humano é produzido em vista de um fim, de um uso que um humano possa dar a coisa. Já o valor de troca é denominado somente valor e funciona como um elemento da mercadoria que possibilita a troca.

Já o valor de uma mercadoria é a expressão do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Quando comparamos duas coisas de qualidades diferentes, por exemplo, feijão e livro, buscamos neles um elemento comum; e o que ambos possuem em comum é justamente o fato de terem demorado um certo tempo e necessitarem de intervenção de um trabalho humano para serem produzidos e consumidos. O livro precisa ser escrito, editado, imprimido, colado, organizado, revisado, vendido; o feijão, mesmo como um elemento da natureza, para ser consumido, precisa ao menos ser colhido, além de armazenado, embalado, cozido, servido etc. Todas estas operações demarcam um tempo de trabalho que foi necessário para que o feijão e o livro fossem produzidos. É justamente a soma destes trabalhos, destas operações sequenciais, que colocam na coisa um valor, isto é, um tempo de trabalho.

Dentro da sociedade capitalista, a mulher, o homem etc. vende não um produto acabado, mas a capacidade de trabalhar, a *força de trabalho*. Essa força de trabalho, enquanto capacidade de criar valor, é vendida por uma quantidade x de dinheiro; no entanto, como é a atividade do trabalho que cria valor, a quantidade x que foi paga não é igual à quantidade de valor criado pelo trabalho. Assim, a *mais valia* denota este fenômeno no qual os indivíduos trabalhadores recebem menos valor do

que de fato produzem. E é comum supor que é na ocorrência da mais valia que tem origem a desigualdade social: a guerra ao capital é a luta por melhorias de salário e condições de trabalho.

Porém, essa análise é ainda superficial, e as questões que se apresentam a partir do conceito de trabalho em Marx têm um desdobramento mais complexo e mais radical do que se supõe com tal leitura. Dá-se muita ênfase ao caráter de valor da mercadoria, e o caráter de valor de uso é comumente entendido como um adereço supérfluo do produto, que não guarda nenhuma relação com a alienação da classe trabalhadora. O que buscaremos aqui é deslocar a centralidade da análise de um caráter econômico e social, para um caráter ontológico e, principalmente, antropológico da relação mercantil.

Em uma sociedade capitalista, a produtividade do trabalho é voltada para a produção de mercadorias: a força de trabalho humana e social é usada para a produção de valores de troca. Quando a mercadoria existe como forma universal de conformação da sociedade, ela exerce uma influência e controle diferentes do que se considerada como uma categoria particular e isolada, uma forma de produção excepcional.

A principal diferença se mostra que, enquanto forma particular, a mercadoria é uma anomalia social, e aqueles a quem ela influencia têm suas vidas condicionadas por outros fatores histórico-sociais. Mas enquanto forma universal, a mercadoria, entendida como o processo de produção de objetos exclusivamente para troca, torna-se estrutural de todas as relações humanas.

Para entender como que, partindo das relações de trabalho (produção, troca e consumo) a mercadoria gradualmente se estende sobre toda relação social, é preciso entender o que ela é de fato. Nossa análise assim se desenvolve a partir de duas obras de Marx, *O Capital* e *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, comparadas com o ensaio *Reificação e Consciência do Proletariado* de Lukács. Buscamos com isso nos afastar de qualquer separação proposta sobre as obras de Marx – entre obras de um período tardio (velho Marx) e outras de um período mais hegeliano (jovem Marx). Nossa análise se pauta na leitura de Marx que Lukács propõe: uma leitura que não parte do Marx, para buscar no Hegel conceitos que o ajudem a compreender; mas uma leitura que parte de Hegel, articulando o pensamento marxiano a partir de conceitos hegelianos. E isso se mostra no fato de que, muito embora os *Manuscritos* tenham sido editados somente em 1929, os conceitos articulados pelo húngaro em

1923 já adiantam a obra inédita de Marx – por conta da chave de leitura serem os conceitos hegelianos, que tem enorme influência no texto de juventude.

A partir disso, a primeira parte desta dissertação se debruça a expor a mercadoria enquanto conceito e enquanto forma. Marx divide o valor da mercadoria em dois: valor de troca e valor de uso. Tal distinção é importante pois o valor da mercadoria nada mais é do que um signo do trabalho. O trabalho é representado na mercadoria através do valor com o qual ela se expressa. As duas formas de valor levam a duas representações diferentes do trabalho; mas elas permanecem intercambiáveis, isto é, podem assumir tanto uma quanto outra forma.

No primeiro capítulo faremos a exposição das formas de manifestação do trabalho na mercadoria. Justamente como pode o valor de uso expressar o trabalho concreto; e como o valor de troca pode expressar o tempo de trabalho abstrato. Na forma de valor de uso, o trabalho expressa a relação do homem com a natureza; assim, o valor de uso, enquanto expressão da produção e do consumo, é a relação que os homens, enquanto indivíduos, estabelecem com a natureza. Já no valor de troca, o trabalho vira o instrumento pelo qual todo o metabolismo social acontece; toda relação entre os indivíduos acontece sob a representação do valor de troca. O valor de troca, expressa então, todas as relações entre os indivíduos, todas as relações humanas.

No segundo capítulo faremos a exposição do desenvolvimento da forma valor. Adentrando a relação de igualdade (equivalência não equivalente) das formas de manifestação do trabalho na mercadoria, chegaremos ao desenvolvimento da forma-dinheiro da forma valor. Assim, não se estabelece uma diferença essencial entre os dois valores, mas uma diferença na forma como este valor se apresenta. Portanto, mesmo na divisão da mercadoria em dois valores, Marx conserva o valor como uma única entidade, que possui duas (ou mais) formas.

Na segunda parte adentramos de fato no grande problema da nossa pesquisa: a relação entre trabalho, razão e a reificação. Para tanto, faz-se necessário compreender mais a fundo a “virada ontológica” promovida por Lukács na leitura de Marx, onde a fundamentação do indivíduo humano e do gênero humano são compostos a partir da relação do homem com a natureza.

No terceiro capítulo, acompanharemos a exposição do conceito de trabalho nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, onde a influência hegeliana era, não só mais aparente nas obras de Marx, como indispensável para a compreensão do caráter

ontológico do trabalho. Em Marx, o humano deve se reconduzir constantemente, através do trabalho, até seu gênero humano. Mas o gênero humano se apresenta como uma posição: o humano é uma posição histórico-social, construída materialmente pelo próprio humano através do trabalho. Neste sentido, o humano aparece como um *ethos* (*ἦθος*), um *lugar* que se ocupa contingentemente.

A alienação do trabalho – o afastamento e estranhamento do humano para com sua atividade *humanizadora*, o trabalho –descontrói o singular humano; o desloca de sua posição demarcada histórico-socialmente; impede sua efetivação em humanidade. Trabalho é um processo que o singular humano realiza conscientemente; a alienação do trabalho corresponde a divisão deste processo em etapas particulares, cujos indivíduos que as realizam estão completamente alheios à totalidade do processo. Como consequência, o singular humano se particulariza em indivíduos humanos, os deslocando de seu *ethos* histórico. Aqui, universal, particular e singular são momentos do devir do humano. São as passagens que se faz da essência e da existência para a realidade efetiva.

Partindo desta leitura marxiana da teoria da economia política, o quarto e último capítulo demonstra o caráter *desumanizante* e *desumanizado* da relação mercantil estabelecido pela alienação, pelo estranhamento *em-si* do trabalho. Ao vender sua capacidade produtiva, sua força de trabalho, no mercado, o trabalhador adentra uma jornada de desumanização, que começa pelo seu alheamento do mundo que produz. Para tanto, é preciso compreender o processo de instrumentalização da razão, e como a reificação opera no jogo da forma mercantil. Pois, é a partir da razão que o humano é deslocado da sua posição de humano para uma não-humanidade.

Sem mais, comecemos nossa jornada.

PARTE I – A TEORIA DO VALOR DE KARL MARX

[...] O dinheiro de quem não dá,
é o trabalho de quem não tem [...]¹

A teoria da reificação em *História e Consciência de Classe* é “[...] a contribuição mais importante de Lukács para uma crítica radical da civilização capitalista [...]”.² Nas palavras do próprio Lukács,³ o grande mérito de sua obra é *restituir* o foco da análise para a *categoria da totalidade*, retirando a economia de uma posição metodológica central do marxismo, ou das interpretações da obra de Marx. O que o livro e a teoria da reificação promovem é a compreensão da sociedade por um prisma onde o *trabalho* é a categoria fundamental de organização política e social. Assim o é por seu caráter ontológico

Tal deslocamento para a questão do trabalho é essencial para compreender o fenômeno da alienação. Alienação aqui possui uma dupla significação: enquanto termo jurídico, alienar é dar a outrem a posse sobre algo. Nesse sentido, ao vender uma mercadoria, um mercador a aliena para outro sua posse – a mercadoria. Também nesse sentido, um trabalhador, ao vender sua força de trabalho no mercado, a aliena para outrem. Mas sua força de trabalho é sua atividade vital, sua vida imediata (ver capítulo 3); isto é, ao vender sua força de trabalho o trabalhador aliena a si mesmo e a sua vida no mercado.

Em decorrência desse movimento, a alienação se transforma em um estranhamento: “[...] os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção; assim, aquelas formas [...] aparecem-lhes como alheias e estranhas.”⁴. Assim, a alienação analisada a partir do seu desdobramento econômico só pode gerar considerações e

¹ POWELL, Baden; MORAES, Vinicius. Berimbau. In: **Os afro-sambas**. [S.l.]: Forma, 1966. 1 disco sonoro.

² LÖWY, Michael. Prefácio – Dialética revolucionária *versus* “reboquismo”: a resposta de Lukács à crítica a *História e consciência de classe*. In: **Reboquismo e dialética**: uma resposta aos críticos de *História e consciência de classe*. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 16.

³ Cf. LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução Rodnei Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p. 20.

⁴ NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p. 71.

compreensões superficiais da realidade social (objetiva e subjetiva). E isso se faz notar quando (sem adiantarmos os conceitos que elucidaremos ao longo do trabalho) um trabalhador recebe por sua força de trabalho o equivalente por tudo aquilo que produziu (ou seja, que seu trabalho não gere mais-valor ou mais-valia); ainda assim seu trabalho será alienado. Ele continua sendo explorado, porque ainda é expropriado de sua força de trabalho.

Por ora, cabe apenas ressaltar que a reificação só pode ser compreendida em toda sua complexidade tomando em conta que não é (tão somente) um desdobramento de um acontecimento econômico. Ou, em uma formulação mais ampla, que o sistema capitalista não é um sistema de dominação econômica; mas é uma *estrutura econômica* de dominação ontológica, social e epistemológica, entre outras.⁵

A crítica de Lukács se faz precisa (tanto porque necessária, como porque certa) justamente por enfrentar esse problema pela sua fundamentação:

Se períodos de agitação social ajudaram a formulação e o ulterior elaboração da abordagem histórica e dialética Marxiana, períodos de relativa imobilidade social favoreceram a difusão do “cientificidade” e “economicidade” – ambos particularmente fortes nos escritos de alguns proeminentes Marxistas da virada do século. A obra de Lukács – *História e Consciência de Classe* – contém uma profunda análise crítica dos fundamentos teóricos e filosóficos do “cientificidade” e “economicidade” que dominaram a orientação da maioria dos partidos da classe operária, mesmo após a Primeira Guerra Mundial [...].⁶

Para compreendermos essa crítica, bem como esses fundamentos teóricos e filosóficos, é necessário que tenhamos a compreensão dos conceitos que a embasam. Não é possível compreender a teoria da reificação de Lukács sem nos debruçarmos sobre sua herança conceitual e intelectual, mesmo que não em toda a sua extensão. E, para o desenvolvimento dessa herança, buscamos o método expositivo de nosso autor: começaremos por uma análise filosófica da mercadoria e da exposição da

⁵ Cf. *Ibidem*, p. 221.

⁶ MÉSZÁROS, István. Introdução. In: MÉSZÁROS, I. **Aspects of history and class consciousness**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1971. p. 4. Tradução nossa. Do original: “*If periods of social upheaval helped the formulation and further elaboration of the Marxian historical and dialectical approach, periods of relative social immobility favored the diffusion of ‘scientism’ and ‘economism’ – both particularly strong in the writings of some leading Marxists at the turn of the century. Lukács’s work – History and Class Consciousness – contains a profound critical analysis of the theoretical and philosophical foundations of ‘scientism’ and ‘economism’ which dominated the orientation of most working-class parties even after the First World War [...]*”.

mercadoria como *problema central e estrutural* de uma sociedade onde vigora o modo de produção capitalista.⁷

1 CAPÍTULO 1 – A FORMA MERCADORIA

*[...] E o mundo se presta a essa farsa.
É como se já não bastassem
as coisas e os nomes de coisas
que as coisas disfarçam [...]*⁸

1.1 A FORMA

A mercadoria é uma forma. É uma forma pois é, por um lado, o modo como os objetos do trabalho aparecem no mundo; por outro, é uma forma pois é a estrutura social e econômica que organiza as relações humanas. Ou, de maneira mais ampla e geral, a mercadoria é uma forma simplesmente porque determina e delimita (enforma) a manifestação de seus conteúdos – quais sejam ou possam ser eles. Ademais, a mercadoria, enquanto forma, é a síntese de duas formas. Que por sua vez, possuem outras formas de manifestação.

Ou seja, a forma mercadoria é tanto forma como conteúdo; ela é aquilo que determina o modo de manifestação de alguma coisa; mas também é determinado por suas próprias formas de manifestação no mundo. Isso ficará mais claro no decorrer do capítulo. O que precisamos entender antes de começarmos nossa análise da mercadoria é o que Lukács, e até certo ponto o próprio Marx, diz quando se refere a *forma*.

A forma não é um conjunto lógico. A forma não é uma estrutura lógica que organiza conteúdos no mundo objetivo. Mesmo a relação sujeito-objeto não decorre de um *constructo* lógico; não é uma atribuição da razão sobre o mundo. Sujeito e objeto, bem como subjetividade e objetividade, também são formas do mundo: são configurações, estruturas e disposições das coisas (sejam por si mesmas, ou na

⁷ Cf. LUKÁCS, 2012. p. 193.

⁸ BRITTO, Paulo Henrique. Dos nomes. *In: Nenhum mistério*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 63.

relação/interação com outras coisas do mundo); são formas como as coisas aparecem e se relacionam no mundo.

Mas o que a forma organiza, dispõe, estrutura, configura? Começemos com uma digressão: para os gregos antigos, a forma (εἶδος) organiza a matéria (ύλη). Elencamos aqui Aristóteles como o interlocutor da antiguidade. Para ele a forma é a natureza, a realidade:

Assim, de certa forma, denomina-se natureza a primeira matéria que subjaz a cada um dos que possuem em si mesmos princípio de movimento ou mudança; mas, de outra maneira, denomina-se natureza a configuração e a forma segundo a definição. [...] [A] carne ou o osso em potência não têm ainda sua natureza própria, nem são por natureza, antes de assumir a forma, a que é conforme o enunciado pelo qual dizemos, ao defini-los, o que é a carne ou o osso.⁹

Ou seja, a matéria é a natureza em potência; a forma a natureza em ato. E por ser natureza em ato, a forma tem uma primazia sobre a matéria: “[...] a natureza dos que possuem em si mesmos princípio de movimento é a configuração e a forma [...]”; e assim, a forma “[...] é natureza mais do que a matéria, pois cada coisa encontra sua denominação quando é efetivamente, mais do que quando é em potência”.¹⁰

Mas para Lukács a forma não organiza a matéria, ela é parte constituinte do material – enquanto realidade concreta e efetiva. Não há uma oposição entre forma e matéria. Um objeto posto no mundo é de fato composto de matéria; mas sua forma é indissociável de sua presença no mundo. Sem sua forma, isto é, sem sua determinação enquanto corpo individual, não haveria um objeto, mas somente algo indeterminado e abstrato. A forma enforma a matéria: delimita seu campo de determinidade para consubstancializá-la em um objeto no mundo.

Assim, nas coisas que compõem a realidade concreta do mundo a matéria aparece como uma relação indissociável entre a forma e seu conteúdo. Entre aquilo que aparece e sua aparição no mundo. Se a forma fosse oposta a matéria, e não ao

⁹ ARISTÓTELES. **Física I-II**. Tradução de Lucas Angioni. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p.44-45 (193a 28). Usaremos aqui Aristóteles apenas para estabelecer um contraponto entre os conceitos de forma, a singularidade do conceito para Lukács. Não nos estenderemos em um comentário sobre o autor.

¹⁰ Ibidem, p. 45 (193b 3 – 193b 6). A este respeito ainda, a forma “não só se opõe a matéria, mas a pressupõe. Aristóteles usa, portanto, esse termo com referência às coisas naturais que são compostas de matéria e F., e observa que a F. é mais “natureza” que a matéria, uma vez que de uma coisa diz-se aquilo que ela é em ato (a F.), e não o que é em potência”. ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 468.

seu conteúdo, seria impossível pensar que uma forma possa ter formas; pois a forma seria, ao mesmo tempo, forma e matéria enformada – ou, na linguagem aristotélica, a forma seria ao mesmo tempo natureza em ato e potência. Essa contradição não aparece na relação forma/conteúdo, pois forma e conteúdo não são entidades absolutas e abstratas; são posições, são perspectivas de interação e interpretação do mundo.

Determinar tão precisamente o que é a *forma* para Lukács é um trabalho que requer tempo e elaboração, pois seu conceito se aplica a várias perspectivas difusas do conhecimento e da cultura. Seu conceito de forma se aplica tanto aos seus estudos em gêneros literários, a estruturas ontológicas e epistemológicas e configurações históricas, entre outros. E por mais que não possamos nos prolongar nessa definição, podemos aqui indicar, para nos debruçarmos sobre a forma mercadoria, que a forma é:

[...] é desejo de totalidade, de unidade perfeita; [...] a forma é aparência, puro campo ficcional que introduz um valor e uma diferença qualitativa na vida, única realidade substancial diante de um mundo insatisfatório e contingente, mas que não suprime a imediatidade do vivido [...].¹¹

A forma é, enquanto esse desejo de totalidade, enquanto aparência, enquanto valor e diferença, uma construção social, uma configuração social que articula e organiza seus conteúdos conforme os valores e as determinações com os quais é constituída.¹² Sob essa fundamentação quase metafísica, partamos para o problema da mercadoria enquanto forma.

¹¹ ALMEIDA DA SILVA, Arlenice. As formas e a História. In: LUKÁCS, Georg. **Romance Histórico**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 13.

¹² Sobre a articulação entre forma na literatura e sua intrínseca relação com a determinação histórica, e também um desenvolvimento maior do conceito de forma na crítica literária de Lukács, ver: ALMEIDA DA SILVA, Arlenice. O lirismo em György Lukács. In: **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 119, p. 93-113. Há ainda uma herança hegeliana na conceitualização da forma; no entanto, somente a análise e a comparação entre o conceito de forma lukacsiano e a contraposição de forma e essência, forma e matéria e forma e conteúdo em Hegel exigiria um capítulo à parte, que passaria do escopo da nossa pesquisa. Como indicativo, no entanto, apontamos que a contraposição entre forma e matéria e forma e conteúdo em Lukács se aproxima da contraposição proposta por Hegel na *Ciência da Lógica*. Cf. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da Lógica**: 2. A Doutrina da Essência. Tradução de Christian G. Iber e Federico Orsini. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2017. p. 96-107. Ver também: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 361.

1.2 A MERCADORIA COMO UMA DUPLA FORMA

O que é mercadoria? Nosso leitor de Marx rapidamente declarará: um objeto externo, que se apresenta no mundo sobre duas formas: valor de uso e valor de troca.¹³ Mas o que são estas formas? Que valores elas indicam? O que elas significam e porque podem exprimir o que é a mercadoria? Em suma, o que é o valor na fila do pão?

Na fila, o pão se apresenta como ele mesmo – isto é, o pão como símbolo de valor; mas também como o valor nutritivo associado a ele, sua utilidade. Quando dizemos que um pão tem valor, dizemos que se expressa nele e por ele duas valorações distintas: sua utilidade, incorporada em seu valor nutritivo como alimento, mas que transcende sua utilidade imediata, e se apresenta, por suas propriedades materiais, também em outras relações de utilidade para quem o usa ou consome. Sua outra valoração é seu valor dado pela relação social que ele media: entre o trabalho que se gasta para comprá-lo e o trabalho que se gasta para produzi-lo. Ou, em outros termos, nessa dada relação o pão é o elemento que corporifica o trabalho que se busca adquirir e ao qual deve-se colocar no outro prato da balança trabalho de igual medida.

Essas duas formas de valor da mercadoria expressam dois processos distintos: com mecanismos, dinâmicas, papéis sociais, palcos e cenários distintos de ação e interação; muito embora os atores possam ser os mesmos. O valor de uso é a forma associada ao processo de produção e consumo de mercadorias. Sendo o foco desse estudo as interações determinadas dentro e pelo processo de produção de mercadorias, o consumo, para a nossa análise, não influencia na compreensão do fenômeno da reificação – e, adiantamos, o fetichismo da mercadoria, para Marx e Lukács, não é nenhuma forma específica de desejo. Ademais, é compreendendo como a reificação interfere no metabolismo do indivíduo mulher, homem etc. com o ambiente em que habita, que compreendemos o caráter *desumanizante* da relação mercantil.¹⁴

¹³ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 113.

¹⁴ LUKÁCS, 2012. p. 209.

O valor de troca, por outro lado, é a forma associada à circulação de mercadorias. É a forma pela qual os indivíduos interagem entre si no interior da sociedade capitalista, pois, trocando os objetos de seus trabalhos, os trabalhadores estabelecem entre si mesmos um metabolismo social. O modo como esse processo de troca ocorre será investigado mais a frente; por hora nos basta compreender que é no processo de circulação de mercadorias que o caráter *desumano* da relação mercantil, como expressão social da reificação, aparece.¹⁵

1.3 A MERCADORIA COMO OBJETO EXTERNO

No entanto, antes de se apresentar como valor, ou sob os signos de valor, toda mercadoria é um objeto. Não qualquer objeto, mas um objeto externo; e externo ao sujeito que produz o objeto. O trabalho é o processo de exteriorização de si que um sujeito opera, para se colocar no mundo. As formas específicas sob a qual esse trabalho acontece podem ser múltiplas; e a mercadoria é uma forma específica com a qual este trabalho se apresenta ao mundo, mas não necessariamente a forma como ele é despendido, como é gasto.

Pois uma coisa é a mercadoria, enquanto um objeto externo; outra ainda é a forma mercantil de produção de mercadorias. Tal distinção será crucial para compreendermos o tipo específico da reificação associada a forma de produção de mercadorias. Mas não no momento, pois a mercadoria agora se nos apresenta em sua forma mais pura, simplesmente como objeto externo portador de valor.

A forma valor imediata da mercadoria é o valor de uso¹⁶, pois ele corresponde a essa propriedade externalizada dela, ele é seu corpo material. Isto é, o valor de uso é a forma imediata da mercadoria, pois é a forma associada ao caráter mais simples de qualquer objeto externo: o de ser algo material e externo que satisfaz necessidades humanas, algo que possui uma utilidade voltada a um fim humano.

Primeiramente, o que o corpo material corporifica na mercadoria é trabalho: “O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se *coisal* (*sachlich*),

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Forma imediata como vida imediata do trabalhador. Retomaremos isso no capítulo 3, item 4, o Corpo Inorgânico.

é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho”.¹⁷ Um objeto produto de um trabalho encerra em si a *coisificação* (*Versachlichung*) do trabalho que a produziu. Pelo fato de se substancializar em um objeto, o trabalho se *objetivou* (*Vergegenständlichung*) em um corpo material externo àquele que trabalhou, ao sujeito do trabalho, o trabalhador.¹⁸ Como corpo material do trabalho de uma mercadoria, o valor de uso é a *substância* do valor. É o trabalho, sob uma forma determinada qualitativamente, que se tornou objeto, se cristalizou no corpo da mercadoria – através dos processos de objetivação e coisificação.

1.4 EXTERIORIZAÇÃO DE SI

Em seu caráter mais simples, em sua forma imediata, o trabalho é o metabolismo com a natureza:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.¹⁹

Mas o que está em jogo nessa condição de existência? Nessa mediação entre homem e natureza? Enfim, o que é esse metabolismo?

Em primeiro lugar, o trabalho é a *externalização* do indivíduo trabalhador. Isto é, é a atividade com a qual e pela qual ele se coloca no mundo, deixa no mundo algo de si. O mundo objetivo, o mundo composto dos objetos do trabalho humano, nada mais é do que a objetivação, fora do trabalhador, da atividade pela qual ele se efetiva. Assim, ao trabalhar, o trabalhador se objetiva no mundo, deixando no mundo algo de si. Isso ocorre em um duplo movimento. Por um lado, o objeto produto de um trabalho encerra em si a *coisificação* do trabalho que a produziu. Por outro, pelo fato de se substancializar em um objeto, o trabalho se *objetivou* em um corpo material externo

¹⁷ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 80.

¹⁸ Coisificação e objetivação são denominações dos processos de tornar-se coisa no mundo; mas em um sentido diferente do tornar-se coisa como no processo de reificação. A diferenciação entre os três conceitos será abordada no terceiro capítulo, pois envolve a articulação de conceitos que ainda precisamos expor.

¹⁹ MARX, 2013, p. 120.

àquele que trabalhou, ao sujeito do trabalho, o trabalhador: o produto do seu trabalho, que ele deixa no mundo, nada mais é do que a *objetivação* de si mesmo no mundo.

O processo de coisificação é o processo de tornar-se coisa material. O trabalho que transforma a matéria na natureza, é um processo de coisificação pois opera uma transformação no objeto do trabalho – torna ele uma nova configuração material. O processo de objetivação no mundo é o processo no qual o trabalhador se objetiva, através do trabalho, no objeto que produz. A objetivação denota a compreensão de que no processo de trabalho o trabalhador deixa algo de si no mundo; o trabalho é exteriorização de si, é a objetivação da subjetividade do trabalhador. E na mesma medida em que ele se objetiva no produto do seu trabalho, seu trabalho se faz coisal (*sachlich*), ou material.

A reificação, no entanto, é um processo oposto tanto a coisificação quanto a objetivação. Se na coisificação a coisa se torna coisa em sentido material e concreto, a reificação é o processo de tornar-se coisa em sentido abstrato²⁰; isto é, uma coisa isolada, indeterminada e sem vinculação ou relação com o mundo real e efetivo. No processo de objetivação o trabalhador se coloca no mundo através do produto do seu trabalho, que se faz um objeto fruto de sua subjetividade e é posto no mundo real; na reificação, é o próprio trabalhador que se torna objeto. Um objeto do modo de organização social do trabalho, de tal forma que é destituído de sua subjetividade. O produto do trabalho já não carrega em si mais nada do trabalhador; é somente um objeto estranho no mundo. Mas retomaremos essa distinção mais à frente.

1.5 A MERCADORIA COMO UTILIDADE

Em segundo lugar a mercadoria não é qualquer objeto externo; ela é um objeto externo fruto de um dispêndio de trabalho que satisfaz necessidades humanas determinadas. ela satisfaz necessidades humanas por meio das propriedades que compõem seu corpo material. Essas propriedades são o valor de uso de uma mercadoria; elas encerram em si toda forma de utilidade com a qual a mercadoria se apresenta. A utilidade de um objeto só é encontrada nas propriedades físicas, químicas, geométricas etc. que eles possuem e os determinam enquanto coisas

²⁰ Conforme nota 94, capítulo 4, item 1, A reificação.

materiais. O valor de uso é a forma com a qual o corpo material de uma mercadoria, a externalidade com a qual ela existe no mundo, satisfaz por meio das propriedades desse corpo, dessa externalidade, necessidades humanas quaisquer.

O valor de uso do pão, por exemplo, é sua propriedade nutritiva: a capacidade que o substrato material do pão tem para suprir a necessidade alimentar de quem o consome. De forma menos imediata, mesmo um alimento pode ter utilidades outras, sem que com isso seu valor de uso se transforme. No mesmo exemplo, o pão pode servir como um peso de papel, ou ter qualquer outra utilidade (como um copo de café pode servir de cinzeiro), sem que com isso seu valor de uso se modifique. Porque o valor de uso não é a utilidade específica da coisa, mas o fato de que por meio de suas propriedades materiais satisfaz necessidades humanas quaisquer.

Assim, a utilidade que uma coisa tem faz dela um valor de uso; mas o valor de uso não é constituído da utilidade tão somente. Mas da utilidade que um objeto possui decorrente da determinação qualitativa de um trabalho que o produziu, independentemente da forma de uso ou consumo que se possa ter dele. Ademais, é simplesmente porque *corporifica* trabalho útil que uma coisa é um valor de uso; pois o uso ou consumo do objeto pode nos dar uma ou outra utilidade, sem com isso retirar do objeto o fato primordial de que é o resultado de um trabalho qualitativamente determinado.

Em suma, enquanto um objeto possa ter várias utilidades, seu valor de uso permanece o mesmo. O valor de uso não é a soma das utilidades que uma coisa possui; essa soma de possibilidades de utilização é dada pelas propriedades da coisa. O valor de uso é a forma de manifestação do trabalho que se objetivou, que se fez coisal em um objeto; o valor de uso é a forma como trabalhos concretos ou qualitativamente determinados aparecem no mundo.

Assim, é o trabalho qualitativamente determinado realizado para a produção de um objeto qualquer que incorpora nele um valor de uso. Pois o valor de uso, sendo a substância do valor de uma mercadoria, é o corpo material no qual o trabalho se cristalizou. Quando observamos um pão, vemos nele um alimento com forma, cheiro, gosto, cor determinados. Mas essas propriedades com as quais ele aparece ao mundo são o resultado dos trabalhos qualitativamente determinados que operaram nele para a sua produção.

Essa compreensão é importante porque a forma valor de uso é a expressão do processo pelo qual o indivíduo se coloca no mundo e interage com o espaço que

habita, criando as condições materiais de sua própria existência: seu metabolismo com a natureza. A forma valor de uso que o trabalho assume – a mercadoria enquanto a corporificação de um trabalho qualitativamente determinado – é uma forma de expressão da *força de trabalho* em um corpo materialmente dado e externo ao indivíduo trabalhador; e trabalho qualitativamente determinado é a forma de externalização desse indivíduo no mundo, sua forma de efetivação (*wirklichung*).²¹

1.6 O TRABALHO ÚTIL

Pensemos, então, o processo de produção do pão; as operações parciais se sucedem para a produção do objeto. O plantio, cultivo e colheita do trigo, por exemplo, até sua moenda, oferecem a farinha para a produção do alimento. A coleta de água potável, a produção do fermento, a fabricação do maquinário, bem como sua manutenção, o combustível utilizado para o asso; todas essas mercadorias e serviços constituem os produtos de trabalhos qualitativamente determinados necessários para a produção do pão. O pão, como mercadoria, é o acúmulo desses trabalhos distintos, como também é o trabalho qualitativamente determinado do padeiro, com seus diversos trabalhos particulares que compõem esse processo: desde a mistura dos ingredientes em proporções determinadas, até a precisão da temperatura e o tempo para assá-lo.

Esses diversos trabalhos se separam em três momentos simples: isto é, são três as formas com as quais o trabalho aparece na fabricação do pão: “em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios”.²² O primeiro momento do trabalho é o processo que se orienta a um fim: uma atividade que se realiza em vista da obtenção de um resultado pré-determinado; o fim, no sentido de objetivo e de final do processo,

²¹ Efetividade, efetivar, efetivação compõem um conjunto de termos que associamos aqui ao campo conceitual marxiano e lukacsiano. Esse conjunto de termos, em nosso trabalho, designa o processo pelo qual o interior se conecta ao exterior: “A efetividade é a unidade, que veio-a-ser imediatamente, da essência e da existência, ou do interior e do exterior. A exterioridade do efetivo é o efetivo mesmo, de modo que nela fica igualmente o essencial, que só é essencial enquanto está em uma existência exterior imediata.” HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**: I – Ciência da Lógica. Tradução de Paulo Meneses e José Machado. v. 1. São Paulo: Loyola, 1995. p. 266. Assim, um trabalhador se efetiva na medida mesma que se exterioriza no mundo; na medida em que exterioriza a si mesmo pelo trabalho.

²² MARX, 2013, p. 256.

a qual todo trabalho se orienta é a produção do objeto. O segundo momento do trabalho é o objeto: a natureza, a matéria-prima, a ser modificada e transformada pelo trabalho; o objeto que sofrerá as ações do trabalho. O terceiro momento é o meio de produção: as ferramentas, as máquinas, a terra etc. Os meios são todos aqueles objetos do qual o trabalho necessita para se realizar, mas que não os destrói em seu processo; o trabalho os gasta, mas eles, ao contrário da matéria-prima, serão usados novamente para outros trabalhos.²³

No exemplo do pão, o trabalho do padeiro seria, nessa denominação, o primeiro momento. A farinha, o fermento, a água, o combustível e tudo aquilo que se gasta e se transforma na produção do pão, o segundo momento. O forno e os outros instrumentos do padeiro, enquanto meios de produção do pão, o terceiro. A soma desses momentos, associados à composição daquelas etapas particulares do processo de produção, quando executadas segundo a ordem correta (conforme o conhecimento técnico do processo), resultam na produção do pão.

Como processo de fabricação, o trabalho realizado pelo padeiro tem uma sequência de trabalhos qualitativamente determinados; a soma dessa sequência de trabalhos individuais tem como resultado o processo de fabricação do pão – um objeto externo cuja substância de valor é a expressão dos trabalhos individuais que o produziram. O sujeito desse processo, o trabalhador, tem na atividade do trabalho um metabolismo com a natureza: é por meio da atividade do trabalho que o indivíduo se relaciona com o espaço que habita, o transformando, criando e destruindo, usando, consumindo, restaurando e recriando:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.²⁴

²³Embora possamos enumerar em todos os itens acima também essa qualidade, é justamente no trabalho que se usa como meio de produção que se distingue, com toda força, o trabalho enquanto uma atividade especificamente humana. Pois nenhuma outra espécie animal (ou de algum outro reino da vida), porquanto realize atividades com as quais satisfaça suas necessidades específicas, por vezes utilizando de instrumentos para alcançar êxito em suas tarefas, nenhuma dessas atividades se conserva a tal ponto de se manifestar como meio de produção – isto é, como trabalho que se corporifica em um objeto e servirá de base para trabalhos futuros: como ferramentas e máquinas.

²⁴ MARX, 2013, p. 120.

1.7 A POSSIBILIDADE DA TROCA

O valor de uso, então, é a forma de expressão do trabalho no corpo-mercadoria. O trabalho que aparece na mercadoria sob a forma de valor de uso é o trabalho qualitativamente determinado; isto é, um processo de trabalho determinado, que produz um objeto determinado, com utilidades e propriedades materiais determinadas, que satisfazem necessidades humanas quaisquer. Mas a mercadoria não se apresenta no mundo somente por sua utilidade; pelo trabalho qualitativamente determinado materialmente em seu corpo. Ela aparece no mundo como mediadora do metabolismo social.²⁵

O valor de troca de uma mercadoria é aquilo que possibilita uma relação de igualdade entre objetos qualitativamente diferentes; é o elemento comum entre coisas diferentes, que se manifesta na esfera de circulação de mercadorias, e que possibilita a existência dessa esfera mesma. Mercadorias se se defrontam no mercado como objetos de diferentes determinações materiais; umas com as outras elas se relacionam a partir desse elemento de igualdade.

Consideremos as mais diversas mercadorias. Livro, pão e perfume são mercadorias de diferentes determinações materiais: são corpos diferentes cujos trabalhos se determinam qualitativamente diferentes entre si, para expressar, em cada um deles, um valor de uso específico e diverso: um metabolismo com a natureza individual e específico. Como podemos, então, estabelecer entre elas uma relação de igualdade? Certamente não é por nenhuma propriedade material delas; não trocamos objetos por uma quantidade igual de massa, de volume, de temperatura, ou quaisquer outras unidades que expressam um montante qualitativo ou o conjunto de propriedades de uma mercadoria.

Assim, não é nem uma determinação qualitativa de uma mercadoria, nem a quantidade associada a esta determinação que expressam a relação de igualdade entre mercadorias diferentes. A proporção das quantidades de objetos qualitativamente diferentes que se estabelece em uma troca de mercadorias não pode se ligar a uma qualidade material da mercadoria; pois a qualidade material de uma mercadoria se liga a seu valor de uso:

²⁵ Seção 9 deste capítulo.

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades físicas importam apenas na medida em que conferem utilidade às mercadorias, isto é, fazem delas valores de uso.²⁶

Assim, o valor de troca de uma mercadoria não é *determinado* pelo valor de uso da própria mercadoria. Com isso dizemos: o trabalho objetificado em uma mercadoria é expresso pelo seu valor de uso; essa objetificação, no entanto, não determina nele, para as relações sociais que emergem da troca de objetos, sua forma de manifestação social, seu valor de troca.

1.8 O TRABALHO ABSTRATO

Mas se retiramos de uma mercadoria sua determinação material, na forma de suas propriedades físicas, químicas etc. que fazem dela um valor de uso, aquilo que restar nela determinará seu valor de troca: “parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias”.²⁷

Ora, se retiramos tudo o que determina o valor de uso em uma mercadoria, nos sobra apenas um único fato: ela é a expressão de um trabalho que a produziu. No entanto, o trabalho qualitativamente determinado em uma mercadoria tem sua expressão nela justamente naquilo que a privamos, seus valores de uso. Não é, pois, um trabalho qualitativamente determinado que determinará o valor de troca de uma mercadoria; mas o trabalho destituído de sua determinação qualitativa. O valor de troca é a expressão daquele trabalho qualitativamente indeterminado da mercadoria.²⁸

Mas ninguém realiza um trabalho indeterminado; toda força de trabalho despendida é sempre despendida para a realização de um trabalho qualitativamente

²⁶ Idem, 2013, p. 115.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Acrescente-se a essa definição algo que foge do escopo do problema deste trabalho, e que não possuímos a necessidade de explicar ou elaborar a constituição aqui – muito embora retomaremos a esta definição do trabalho para explicar um condicionamento específico da reificação: valor de troca não é qualquer tempo de trabalho, mas “é unicamente a quantidade de trabalho socialmente necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor” MARX, 2013, p.117. Doravante, buscando evitar repetições, exceto aquelas que colaboram com o desenvolvimento de nossa argumentação, usaremos simplesmente a expressão *tempo de trabalho* para denotar o *tempo de trabalho socialmente necessário*. Para uma maior compreensão do debate sobre o valor de troca, no confronto com as teorias de valor da economia burguesa (oferta/demanda) e a singularidade da exposição e conceitualização de Marx ver: BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Antonio Monteiro Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 622-627.

determinado. Quando se diz que o valor de troca é a expressão de um trabalho qualitativamente indeterminado, se remete à abstração, na atividade do trabalho, de toda determinação material de uma mercadoria, excetuando a que não lhe confere alguma utilidade. Pois, “com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos [...]”.²⁹

Assim, trabalho qualitativamente indeterminado é o que resta na mercadoria depois de abstraída dela todas as suas propriedades que determinam qualitativamente os trabalhos realizados nela. Materialmente, pois, resta somente nela o tempo de trabalho acumulado, nos diversos processos parciais, para a sua produção. No valor de uso, o trabalho se acumula na mercadoria enquanto uma sucessão de processos individuais em uma dada sequência organizada que a transformam, obtendo, ao final do processo, uma mercadoria cujo valor de uso é a expressão de todos os trabalhos qualitativamente determinados que assim se acumularam. Como no exemplo do pão acima, onde vários trabalhos parciais se acumulam e se sucedem na transformação da natureza para um fim específico.

Mas como o valor de troca é o tempo de trabalho abstraído de toda determinação qualitativa, ele é a expressão daquilo que resta na mercadoria após se retirar dela toda determinação qualitativa do trabalho que a produziu. O que resta é o acúmulo de tempo de trabalho: a soma dos trabalhos parciais realizados na mercadoria. Não mais enquanto valores de uso que se sobrepõe, se anulam ou se realizam, mas como o tempo de trabalho abstrato e indeterminado que se acumulou nela para sua produção. Em outras palavras, retirado o valor de uso do pão, ele ainda é o *coágulo* de tempo de todos os trabalhos parciais que o efetivaram enquanto produto de um processo; ele é o acúmulo do tempo de trabalho da farinha, da máquina, da água, e de todos as outras matérias primas e meios de produção necessários à sua produção.

²⁹ MARX, 2013, p. 116.

1.9 O METABOLISMO SOCIAL

O valor de troca se apresenta como uma forma de expressão que engendra uma relação social entre indivíduos. A única relação desses indivíduos, fora do âmbito de expressão do valor, é puramente de um si mesmo com a natureza (somente *em-si*). O processo de troca entre os produtos do trabalho é a relação social que os homens estabelecem entre si. A relação entre os homens se estabelece através da troca dos produtos do seu trabalho. E “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Esse metabolismo com a natureza é a efetivação de sua própria natureza, pois “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio deste movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”.³⁰

O metabolismo com a natureza, essa relação pela qual o trabalhador se coloca no mundo o apreendendo para si, é expresso no valor de uso de uma mercadoria; é o trabalho qualitativamente determinado ou trabalho útil. Mas o processo de produção de mercadorias é um processo social. A ideia central é que uma mercadoria só possui valor de troca, se é destituída de valor de uso para seu possuidor.³¹ Ou seja, para além do metabolismo com a natureza, o trabalho que produz mercadorias, produz valores de uso para *outrem*, e valor de troca para seu produtor/possuidor; pois, para o possuidor que aliena uma mercadoria no mercado, o único valor de uso imediato e direto que ela possui para ele é ser *suporte* de valor de troca.

Assim, a mercadoria é produzida como um metabolismo com a natureza: a forma como o indivíduo homem, mulher, etc. se efetiva no mundo ao criar as condições de sua própria vida; mais, ao criar a sua vida mesma. Esse metabolismo com a natureza é expresso no mundo através do trabalho concreto, do trabalho útil. Sendo o valor de uso a expressão do trabalho útil que criou uma mercadoria, o valor de uso é a expressão do metabolismo com a natureza de cada indivíduo. No entanto, o metabolismo com a natureza é individual e particular: enquanto efetiva o trabalhador, não o conecta com outros trabalhadores. Tal função cabe ao metabolismo social, que

³⁰ Ibidem, p. 255.

³¹ Ibidem, p. 160.

compartilha, por meio da troca, os trabalhos individuais, fazendo com que o metabolismo com a natureza individual se transforme em um metabolismo da natureza social. Ele transforma um aglomerado de pessoas em uma comunidade. O ser individual e efetivo em um ser social.

A troca é, então, o processo no qual dois lados trocam mercadorias, cada qual aliena – e porque aliena, realiza o valor de troca de – sua mercadoria para a obtenção do valor de uso da mercadoria do outro. Em outras palavras, um possuidor de mercadorias aliena seu não-valor de uso para obter o valor de uso da mercadoria do possuidor com o qual troca a sua. E “na medida em que o processo de troca transfere mercadorias das mãos em que elas não são valores de uso para as mãos que elas são valores de uso, ele é metabolismo social”.³²

O metabolismo social se realiza na troca, pois é a partir da troca que as mercadorias assumem e realizam seu valor social, o valor de troca. Mas é também porque elas, ao serem alienadas, passam a ser valores de uso para seus novos possuidores; ao realizarem seu valor de uso, isto é, ao usarem ou consumirem a mercadoria, eles realizam o metabolismo com a natureza iniciado pelo trabalho de outrem. É na e por meio da troca que o metabolismo com a natureza de cada indivíduo mulher, homem etc. se torna um processo geral e social. A circulação de mercadorias, enquanto um fenômeno social, transforma o metabolismo que cada indivíduo trabalhador efetiva com a natureza em um metabolismo social que a sociedade ou comunidade de trabalhadores efetiva em conjunto.

³² Ibidem, p. 178.

2 CAPÍTULO 2 – AS FORMAS DA FORMA MERCADORIA

*[...] Que coisa dói dentro do nome
que não tem nome que conte
nem coisa pra se contar?*³³

2.1 TRANSMUTAÇÃO DA FORMA VALOR

O valor possui também suas formas de expressão. Como vimos anteriormente, as formas valor da mercadoria são formas de manifestação de trabalhos que se cristalizam na mercadoria. O valor de uso é a forma de expressão do trabalho útil; isto é, valor de uso é a forma como o trabalho útil se manifesta na mercadoria.

O trabalho útil é qualitativamente determinado, concreto e privado. Qualitativamente determinado pois produz um objeto com valor de uso determinado. Concreto pois não é o resultado da exclusão das determinações materiais da mercadoria, e se expressa no valor natural da mercadoria (suas propriedades naturais, enquanto materiais, que determinam seu valor de uso). E privado pois é o trabalho enquanto a atividade que ocorre o metabolismo do indivíduo com a natureza que lhe determina a existência; é a forma como o trabalho que externaliza o trabalhador na coisa e, portanto, que o efetiva (em sua manifestação individual; socialmente, ele o desefetiva), se manifesta na mercadoria. Assim, o valor de uso é a forma de expressão do metabolismo com a natureza com a qual o indivíduo se efetiva no mundo.

Já o valor de troca é a forma de expressão do trabalho humano abstrato. A forma como o trabalho abstrato se manifesta no mundo, através das mercadorias, ou da troca delas. Porém, essa forma de manifestação diferencia qualitativamente o valor de troca do valor de uso. Enquanto podemos dizer que trabalho útil é valor de uso, pois mesmo que o objeto não seja consumido ou usado tendo seu valor realizado, ele já está incorporado no objeto. Isto é, por mais que o objeto não seja usado ou consumido, seu valor é dado imediatamente em seu corpo. Do trabalho abstrato, ao

³³ LEMINSKI, Paulo. nomes a menos. *In: Toda poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 193.

contrário, não podemos dizer que é valor.³⁴ Trabalho abstrato se torna valor em uma relação determinada entre mercadorias; tornando as mercadorias, dentro e fora das relações de troca, suportes do valor - pois acumulam trabalho, independentemente se são ou não realizados na troca.

O valor só existe na troca, mesmo que a mercadoria independa da troca para ser suporte de valor. Isto é, mesmo que a mercadoria continue sendo trabalho cristalizado, fora da troca é somente trabalho concreto cristalizado. Analisando a *gênese* da forma-dinheiro do valor é que podemos compreender como isso funciona – e como posteriormente o valor ultrapassa o limite de grandeza de valor realizada na troca para se tornar substância do valor (papel que antes era ocupado pelo valor de uso). Adiantamos: é pela equivalência (não propriamente equivalente) entre valor de uso e valor de troca, que muito embora seja atribuída a forma simples de valor, compõe o *princípio* fundante e fundamental da *gênese* da forma-dinheiro do valor: dinheiro é equivalente de valor pois encerra em si um valor simbólico do valor natural das coisas – o valor de uso.

2.2 FORMA VALOR SIMPLES

Marx divide em quatro os momentos de desenvolvimento da forma do valor; sendo o dinheiro seu último. Que dinheiro seja mercadoria não é algo que seja difícil de compreender. O problema é “descobrir como, por que e por quais meios a mercadoria é dinheiro”.³⁵ Pois dinheiro é a forma de expressão do valor, que é a forma de expressão do trabalho humano abstrato (do tempo de trabalho). Assim, descobrir como, por que e por quais meios uma mercadoria se transforma em dinheiro é compreender como uma mercadoria, sendo suporte de valor, e, portanto, suporte da forma de manifestação do trabalho, passa a ser a forma específica de manifestação que a forma valor assume. Ou seja, como a expressão de trabalho concreto se torna forma da forma de expressão do trabalho concreto.

Para chegarmos na última forma de expressão do valor, a forma-dinheiro, devemos compreender seu princípio nas primeiras formas de expressão do valor. A

³⁴ Doravante, para adentrarmos nas formas específicas de manifestação do valor de troca das mercadorias, e simplificar a linguagem sem detrimento ao entendimento do assunto, nos referiremos ao valor de troca simplesmente como valor – e ao valor de uso como valor de uso.

³⁵ MARX, 2013, p. 167.

primeira delas é a forma de valor simples, individual ou ocasional. Ela é a forma da troca de mercadorias através da permutabilidade direta, ou da troca direta entre dois produtos qualitativamente diferentes. Marx a formaliza na expressão de equivalência: “ x mercadorias $A = y$ mercadorias B , ou: x mercadorias A tem o valor de y mercadorias B ”.³⁶ Uma expressão direta de igualdade entre produtos diferentes. E essa expressão possui dois polos: o primeiro, x mercadoria A , é a forma de valor relativa; o segundo, y mercadoria B , é a forma de valor equivalente.³⁷

A forma valor relativa é a forma de valor da mercadoria cujo valor é expresso em uma relação de equivalência. O valor que se apresenta sob a forma de valor relativa é expresso na mercadoria com a qual é trocada. Isto é, o valor – aquilo que não é, mas se *torna* na relação – da mercadoria A não é expresso na mercadoria A , mas na mercadoria B . Assim, o valor de uma mercadoria, sob a forma valor relativa, é a forma de expressão de algo completamente diferente de si – de seu corpo, suas propriedades, suas determinações materiais; e por expressar algo completamente diferente de si, traz justamente nessa forma de expressão o caráter social do valor. Ou antes, é justamente na expressão como forma valor relativa que uma mercadoria esconde o fato de que o valor é, antes de tudo, uma relação social entre trabalhos.

Mas é na forma valor equivalente que as maiores *peculiaridades* da forma valor simples aparecem; pois a forma valor equivalente é a forma de expressão das contradições da mercadoria. É na forma valor equivalente que surgirá a equivalência entre o valor de uso e o valor de troca, o trabalho útil e o trabalho abstrato, o trabalho privado e o trabalho em caráter social.

A forma valor equivalente é a forma de valor de uma mercadoria cujo valor é a *expressão* do valor da mercadoria sob a forma valor relativa; e ela expressa, na relação direta de permutabilidade, somente o valor da mercadoria sob forma valor relativa. Ou seja, o valor da mercadoria B existe sob a forma valor equivalente e não

³⁶ Ou ainda na relação concreta: “20 braças de linho = 1 casaco, ou: 20 braças de linho têm o valor de 1 casaco”. *Ibidem*, p. 125.

³⁷ Tal demarcação dos polos da expressão pode parecer arbitrária, visto que a equação relaciona dois termos numa relação de igualdade, e sendo os dois termos equivalentes entre separá-los em termos diferentes parece contradizer a própria expressão e fixá-los em partes incomunicáveis e imutáveis de uma relação. Mas só podemos assim considerar se esta relação de equivalência fosse meramente formal; ela não o é. Ela é demarcada por uma relação material de troca, com sujeitos determinados, por mais que hipotéticos. Não são duas pessoas que trocam produtos; é alguém que vende algo que não lhe é útil, para adquirir algo que lhe será. Compreender esta separação é importante para o desenvolvimento da forma do valor. Não é possível compreender a forma-dinheiro sem separar no valor o que é valor relativo e o que é valor equivalente.

é a expressão de si mesma, isto é, da mercadoria *B*, mas do outro polo da expressão, a mercadoria *A*. Para entender como isto funciona mostraremos o que Marx chama de *peculiaridades* ou *propriedades* da forma valor equivalente.

2.3 PRIMEIRA PROPRIEDADE DA FORMA VALOR EQUIVALENTE

No entanto, se a forma de manifestação do valor é uma mercadoria que em sua forma de manifestação de valor (equivalente) não expressa o valor de si, qual valor seu é expresso em sua própria forma de manifestação? Ou seja, se a mercadoria *B* expressa, com o seu valor, o valor da mercadoria *A*, qual dos seus valores é expresso na relação de equivalência? Pois seu valor de troca não é o seu valor de troca, mas o valor de troca da mercadoria *A* – ao aparecer no mundo, a mercadoria *B* não mostra o que ela é, ela mostra o que a mercadoria *A* é.

Pensemos este problema na relação direta daquilo que é expresso, o trabalho: a forma valor relativa (mercadoria *A*) tem sua forma de expressão de valor na forma valor equivalente (mercadoria *B*). Na relação direta de trabalhos teríamos o seguinte: o tempo de trabalho humano abstrato da mercadoria *A* é expresso no corpo mercadoria de *B*. Mas a mercadoria *B* não é valor, isto é, não é considerada na relação sob o tempo de trabalho abstrato, pois expressa o tempo de trabalho abstrato de *A*. E a razão para tal é simples: se a mercadoria *B* expressasse em si mesmo seu valor teríamos a expressão: x mercadoria *B* = x mercadoria *B*. Ou seja, para expressar a si mesmo em seu próprio valor, a mercadoria *B* estaria em uma relação de identidade própria que não nos diz nada, uma tautologia.

Para escapar à tautologia a mercadoria *B* deve expressar o tempo de trabalho humano abstrato da mercadoria *A* naquilo que o valor da mercadoria *A* não pode manifestar. A mercadoria *B* expressa o valor de *A* em sua forma natural de valor, em seu trabalho humano qualitativamente determinado cristalizado em seu corpo mercadoria: em seu valor de uso.

Esta é a primeira peculiaridade/propriedade da forma valor equivalente: “o valor de uso se torna a forma de manifestação de seu contrário, do valor”.³⁸ Isso se dá justamente na necessidade de um objeto de uso, para ser trocado, se relacionar

³⁸ Ibidem, p. 133.

com um objeto qualitativamente diferente de si: “Como nenhuma mercadoria se relaciona consigo mesma como equivalente [...] ela tem de se reportar a outra mercadoria como equivalente ou fazer da pele natural de outra mercadoria sua própria forma de valor”.³⁹ Ou seja, a forma valor equivalente que uma mercadoria assume faz com que ela, ao se deparar como valor de uso de frente a uma mercadoria outra, faça o valor da outra mercadoria se manifestar em seu valor de uso.

2.4 SEGUNDA PROPRIEDADE DA FORMA VALOR EQUIVALENTE

Marx usa a expressão *forma natural de valor* para demarcar o caráter imediato de valor que uma mercadoria possui. A *forma valor de troca* é a forma de expressão social do valor de uma mercadoria; portanto, a *forma de valor de troca* é a forma de valor expressa em uma mediação, em uma relação. Assim, a única forma de valor imediata que a mercadoria pode possuir é a forma valor de uso. Justamente aquilo que a qualifica como suporte de valor, como acúmulo de trabalho.

A *pele natural* de uma mercadoria é seu caráter de ser o produto de um dispêndio de força de trabalho. Assim, “fazer da pele natural de uma mercadoria sua própria forma de valor” é fazer com que a força de trabalho que se manifesta no valor de uso de uma mercadoria, enquanto forma de expressão de trabalho útil, seja a expressão do seu próprio valor, enquanto forma de expressão de trabalho humano abstrato. A forma de valor simples é a forma que demonstra esta equivalência imediata, que faz com que o valor de uso de uma mercadoria possa manifestar em si o valor de outra.

Se voltarmos ao início de nosso texto, lembraremos que o valor de uso é por si a forma de expressão não de uma propriedade da mercadoria, mas do trabalho qualitativamente determinado que a produziu. O que o valor de uso expressa na mercadoria é o trabalho concreto que se cristaliza no corpo da própria mercadoria. Sob a forma valor equivalente, o valor de uso da mercadoria *B* continua expressando o trabalho concreto cristalizado no corpo da mercadoria *B*. No entanto, ele também expressa, sob esta forma específica, o valor da mercadoria *A*. Chegamos então na

³⁹ Ibidem, p. 133.

segunda peculiaridade/propriedade da forma valor equivalente: “o trabalho concreto tornar-se forma de manifestação de seu contrário, o trabalho humano abstrato”.⁴⁰

Essa peculiaridade da forma valor equivalente transforma em iguais, na relação da troca direta, duas formas de trabalho completamente opostas. O trabalho humano abstrato é o tempo pelo qual o trabalho se gastou para produzir uma mercadoria; por definição, ele é a exclusão de toda determinação material que a mercadoria possui. Mas a forma valor equivalente faz com que o trabalho abstrato encontre sua forma de manifestação no mundo real através justamente daquilo que ele excluiu na mercadoria. Quando dizemos que o trabalho abstrato da mercadoria *A* se manifesta através do trabalho concreto da mercadoria *B*, dizemos que a abstração material da mercadoria *A* tem sua forma de expressão no mundo na determinação material da mercadoria *B*.

2.5 TERCEIRA PROPRIEDADE DA FORMA VALOR EQUIVALENTE

O que fizemos até aqui, ao analisar a forma valor equivalente, foi desvelar os desdobramentos dessa forma particular de expressão do valor de uma mercadoria. Não fizemos mais que relembrar as definições e conceitos das duas formas de valor da mercadoria, as retraduzindo naquilo que expressam: trabalho. A separação, antes tão canônica e distinta, agora se une na própria compreensão deste metabolismo social que a mercadoria efetiva.

A primeira peculiaridade da forma valor equivalente demonstrou a equivalência entre as duas formas de valor da mercadoria: valor de uso e valor. A segunda peculiaridade foi desencadeada simplesmente pela explicitação daquilo que se esconde por trás dos conceitos de valor e valor de uso: a equivalência das formas de expressão destes trabalhos. Se a primeira demonstrou que o valor de toda mercadoria⁴¹ é sempre expresso no corpo material de outra – e, portanto, naquilo que as determinações materiais da mercadoria simbolizam, seu valor de uso –, a segunda peculiaridade nos demonstra que todo trabalho abstrato é sempre considerado com relação a uma mercadoria como trabalho concreto.

⁴⁰ Ibidem, p. 135.

⁴¹ Pois, como veremos logo a seguir, todas as subsequentes formas de expressão do valor são formas desenvolvidas a partir desta forma simples.

E aqui chegamos à terceira e última peculiaridade da forma valor equivalente: que todo trabalho concreto, enquanto manifestação de um metabolismo com a natureza, na relação de troca já se apresenta como metabolismo social. Isso ocorre, pois, o trabalho concreto da mercadoria, que aparece na relação de troca direta sob a forma valor equivalente, é meramente a forma de expressão do trabalho abstrato.

[...] embora seja trabalho privado como todos os outros, trabalho que produz mercadorias, ele é trabalho em forma imediatamente social. [...] Assim, uma terceira peculiaridade da forma equivalente é que o trabalho privado converta-se na forma de seu conteúdo, trabalho em forma imediatamente social.⁴²

Ou seja, na relação de troca, o trabalho concreto, enquanto metabolismo com a natureza, aparece simplesmente como trabalho humano abstrato, que por si mesmo já é trabalho em forma social, do metabolismo social.

2.6 OS DESENVOLVIMENTOS DA FORMA VALOR

Como vimos, na forma valor simples o valor de uma mercadoria não é, senão pela própria relação. O valor é, tal qual a troca simples em comunidades em que não impera o modo de produção capitalista, meramente ocasional. Isto é, uma mercadoria não tem valor senão pela relação que estabelece, a não ser que o modo de produção se volte já, universalmente, à produção de valores de troca.

Para que isso ocorra a forma valor da circulação de mercadorias deve ser desenvolvida, de forma que o valor da mercadoria não seja mais algo que exista na relação, mas que ocorra com tal frequência que possa ser considerado imediatamente como existente. Isto ocorre com a forma-dinheiro do valor. Voltamos assim a nossa pergunta: como, por que e por quais meios uma mercadoria é dinheiro?

Vimos como o valor assume sua forma de manifestação na forma valor simples. Quando ele se emancipa da principal determinação desta forma, quando o valor passa ser independente de um trabalho concreto específico, e, portanto, independentemente de qualquer trabalho concreto, é que ele se assume enquanto trabalho humano indiferenciado, enquanto trabalho abstrato. A segunda forma de

⁴² Ibidem.

valor faz isso quando transforma a forma valor relativa, o primeiro polo da expressão, em *forma valor total ou desdobrada*.

A princípio, “a forma valor relativa e desdobrada consiste de uma soma de expressões da primeira forma”.⁴³ A forma valor total ou desdobrada é o desenvolvimento da forma valor simples, onde diversas relações de troca simples são agrupadas em uma mesma expressão. Mas ela aparece como soma *ad infinitum* de vários processos individuais; ainda não como totalidade. Essa soma de expressões individuais é claramente compreendida pela expressão formal da forma de valor desdobrada: “ z mercadoria $A = u$ mercadoria B , ou $= v$ mercadoria C , ou $= w$ mercadoria D , ou $= x$ mercadoria E , ou $=$ etc.”.⁴⁴

Uma quantidade z da mercadoria A é trocável por uma quantidade u da mercadoria B , ou por uma quantidade v da mercadoria C , ou uma quantidade w da mercadoria D , ou uma quantidade x da mercadoria E , e assim por diante. A mercadoria A assume aqui a forma valor relativa e, com isto, terá seu valor expresso pela forma valor equivalente das demais mercadorias; mas ao contrário da forma valor simples, onde o trabalho concreto da mercadoria equivalente lhe dava seu valor, agora “é indiferente a forma de específica do valor de uso”⁴⁵ em que o valor da mercadoria A se manifesta.

Na forma valor desdobrada, por ser a soma de relações de troca direta particulares, cada forma equivalente é uma forma de valor equivalente particular. Cada uma das mercadorias, consideradas sob o segundo polo da relação, são apenas expressões particulares do valor da mercadoria A , sem, no entanto, que sejam consideradas pelo seu valor de uso.

Mas por ser a soma de relações particulares, a forma valor desdobrada não alcança uma totalização do processo. A forma valor desdobrada é apenas um mediador social, sem alcançar uma universalidade com a qual possa modular efetivamente as relações sociais em sua totalidade.

Primeiro, porque a forma valor desdobrada será sempre incompleta, pois sempre se estende a infinitas possibilidades de mercadorias novas serem inseridas na relação. Segundo, cada uma dessas expressões particulares são desconexas e

⁴³ Ibidem, p. 140.

⁴⁴ Ou ainda “(20 braças de linho = 1 casaco, ou = 10 libras de chá, ou = 40 libras de café, ou = 1 quarter de trigo, ou = 2 onças de ouro, ou = ½ tonelada de ferro, ou = etc.)”. Ibidem, p. 138.

⁴⁵ Ibidem, p. 139.

não se comunicam, pois são a realização de seu próprio processo. Sua soma é, senão arbitrária, completamente parcial. Por último, a totalidade do processo e a forma singular para expressão do valor são impossibilitados na forma valor desdobrada, pois a soma de expressões de cada mercadoria particular será uma série infinita de expressões da mercadoria em particular. Outras mercadorias terão séries de expressão independentes umas das outras, reforçando ainda mais a parcialidade e particularidade de cada forma valor relativa que se desdobra na expressão de várias mercadorias.

Mas cada equação desta relação possui uma forma de expressão contrária. Cada uma destas séries pode ser invertida, onde a forma de valor equivalente se transforma em forma valor relativa. Isto é, se invertermos os polos da série de expressão, temos que toda a série de expressões se inverte, e todas as mercadorias passam a ter seu valor expresso no corpo-mercadoria de uma só mercadoria. Marx a denomina *forma valor universal* pois com ela “as mercadorias expressam seus valores 1) de modo simples, porque numa mercadoria singular, e 2) de modo unitário, porque na mesma mercadoria”.⁴⁶

A equação da forma valor universal é melhor representada neste modo:

$$\begin{array}{l}
 u \text{ mercadoria } B \\
 v \text{ mercadoria } C \\
 w \text{ mercadoria } D \\
 x \text{ mercadoria } E \\
 y \text{ mercadoria } F
 \end{array}
 =
 \begin{array}{l}
 z \text{ mercadoria } A
 \end{array}$$

Nessa formulação a forma equivalente torna-se a forma universal de troca, pois todas as mercadorias têm a forma de expressão de seu valor nela. É em seu corpo-mercadoria que todas as outras mercadorias encontram a manifestação de seus valores.

Na forma simples, as mercadorias estabeleciam uma relação entre o valor de uso de uma e o valor da outra. Na forma desdobrada, as mercadorias estabeleciam uma relação entre o valor de troca de uma mercadoria específica e os valores de uso

⁴⁶ Ibidem, p. 141.

de todas as outras – mesmo que, pela soma dos processos particulares, o valor de uso fosse abstraído já em valor. É só a partir da forma valor universal, quando todas as mercadorias relacionam seus valores com o valor de uso de uma mercadoria específica, que todas elas se relacionam entre si quanto a seus valores.

E é porque todas as mercadorias podem expressar seus valores em uma mesma mercadoria que ela pode se tornar a forma universal de valor dessas mercadorias. E é com este caráter universal da forma de valor que se revela seu caráter social:

A forma valor universal, que apresenta os produtos do trabalho como meras massas amorfas de trabalho humano, mostra, por meio de sua própria estrutura, que ela é a expressão social do mundo das mercadorias. Desse modo, ela revela, que, nesse mundo, o caráter humano e universal do trabalho constitui seu caráter especificamente social.⁴⁷

A forma valor universal supre as insuficiências da forma valor desdobrada. Ela se torna a forma singular de expressão de valor; todas as expressões particulares de valor, que antes se estendiam em infinitas somas *ad infinitum* de relações parciais e particulares, se subsumem em uma mesma expressão. Que outras mercadorias surjam, não faz com que nessa forma de expressão, como fazia na forma valor desdobrada, surgir novas séries de expressão de valor. As novas mercadorias são absorvidas para dentro da mesma expressão singular de valor; tão logo surjam, já são socialmente expressadas na forma equivalente universal.

2.7 A FORMA-DINHEIRO DO VALOR

Essa singularização da expressão do valor de diversas mercadorias qualitativamente diferentes em um mesmo corpo-mercadoria, totaliza todas as relações parciais e particulares de valor da forma valor desdobrada, transformando a forma de manifestação do valor das mercadorias em uma forma de manifestação socialmente válida. Porém, nesta forma de valor aparece uma nova problemática:

⁴⁷ Ibidem, p. 143.

Para que o linho, ou uma mercadoria qualquer que se encontre na forma de equivalente universal, pudesse tomar parte ao mesmo tempo na forma de valor relativa universal, ele teria de servir de equivalente de si mesmo. Teríamos, então, que 20 braças de linho = 20 braças de linho, uma tautologia em que não se expressa valor nem grandeza de valor. Para expressar o valor relativo do equivalente universal, temos, antes, de inverter a forma III. Ele não possui qualquer forma de valor relativa em como com outras mercadorias, mas seu valor é expresso relativamente na série infinita de todos os outros corpos-mercadorias.⁴⁸

Para que uma mercadoria assuma o papel social de equivalente universal ela deve ser excluída da forma universal de valor; ela deve se tornar, ao mesmo tempo que assume a forma equivalente universal (como expressão de valor de todas as mercadorias), a forma valor relativa (tendo seu valor expresso em todos os corpos-mercadorias). A mercadoria que assume esse papel social universal, assume a forma final de valor, ela se torna mercadoria-dinheiro (*Geldware*); ela encarna a função social de dinheiro no mundo das mercadorias.

Historicamente, a mercadoria que em sua forma natural encarna a função de mercadoria-dinheiro é o ouro (assim como a prata). Os motivos pelos quais estas mercadorias são escolhidas como moeda são detalhados ao longo dos capítulos 2 e 3 do *Capital*.⁴⁹ Mas isto tem pouca importância para o desenvolvimento desse trabalho. O dinheiro nos interessa como *forma* do valor, pouco importando sua forma específica de manifestação. E o caminho que fizemos até aqui foi para ressaltar que “as mercadorias não se tornam comensuráveis por meio do dinheiro”.⁵⁰ Mas por serem o resultado de um processo de externalização, por serem a objetivação de trabalho humano, que se objetiva em seu corpo, elas são comensuráveis; que elas podem ser expressas em uma medida comum de valor na forma do dinheiro; e o dinheiro nada mais que é do que um signo do trabalho.⁵¹

⁴⁸ Ibidem, p. 144.

⁴⁹ Ibidem, p. 159-219. Um dos principais motivos, a título de curiosidade, é a incrível facilidade de fracionar o ouro e a prata em partes alíquotas. Para além, sua pouca abundância torna a cunhagem, mas também a falsificação, das moedas uma tarefa mais difícil. E sua densidade torna as partes alíquotas mais pesadas, e, com isto, de mais fácil comparação em volumes menores. Entre outros motivos.

⁵⁰ Ibidem, p. 169.

⁵¹ “[...] o dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho”. Ibidem.

PARTE 2 – TRABALHO, RAZÃO, REIFICAÇÃO

*[...] O que teu criado tem é um sentimento nobre e perfeitamente regido pelas leis do Humanitismo: é o orgulho da servilidade. A intenção dele é mostrar que não é criado de qualquer. [...]*⁵²

*[...] Não faz sentido falar sobre libertação a homens livres – e somos livres se não pertencemos à minoria oprimida. [...]*⁵³

Temos, então, que todo trabalho humano é um dispêndio de força de trabalho durante uma dada duração, que é capaz de gerar mais valor do que consome para se reproduzir. É da natureza do trabalho, enquanto dispêndio de força de trabalho, que produza mais do que o necessário para reproduzir, pelo metabolismo interno do corpo, a capacidade para despender a mesma força. E esse fato constitui a produtividade do trabalho humano. A racional exploração desta produtividade inerente a atividade do trabalho é o que configura a mais-valia. É quanto o trabalho não se volta a uma atividade de mediação com a natureza, mas para a produção de mercadorias: a força de trabalho humana e social é usada para a produção de valores de troca.

Enquanto forma particular, a mercadoria é uma anomalia social, e aqueles que ela influencia, tem suas vidas condicionadas também por outros fatores histórico-sociais. Mas enquanto forma universal, a mercadoria, entendida como o processo de produção de objetos exclusivamente para troca, torna-se estrutural de todas as relações humanas. Ela passa a ser o modo de dominação efetiva sobre toda a sociedade, onde toda relação estabelecida entre os homens passa a ser feita por meio da mercadoria.

Ao ser produzido como mercadoria, o objeto do trabalho supera suas características físicas e sensíveis, e se envolve em um invólucro místico, torna-se a

⁵² MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. 24. ed. São Paulo: Ática, 1998. p.173.

⁵³ MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução de A. Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 13.

manifestação física de um objeto além de qualquer forma de sensação. Esse invólucro é o fato de que o produto do trabalho humano aparece para o homem como um enigma, um código que ele não consegue decifrar nem entender.

Trata-se de destituir o homem da atividade com a qual ele produz sua humanidade; de reconectá-lo com esta atividade já como algo estranho e sem sentido para ele: o caráter desumanizado e desumanizante da relação mercantil é a reificação, a alienação do homem do mundo que constrói. Trata-se do efeito que se desenrola quando “os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção; assim, aquelas formas [...] aparecem-lhes como alheias e estranhas.”⁵⁴.

Portanto, primeiro é preciso destituir do homem a sua humanidade, o separando dos meios com os quais ele a constrói; depois é preciso continuar seu empobrecimento, tornando-o necessitado, miserável; por fim, ele é inserido num processo automático, onde não mais reconhece nas coisas o trabalho humano que as realizou, não mais reconhece sua presença no mundo, visto que este nada mais é do que o resultado da transformação que ele opera na natureza.

Primeiro ele é desvinculado da sua humanidade por ser desvinculado dos meios de produzi-la no trabalho; depois, ao se reconectar ao trabalho, o encontra mediado pelas relações mercantis, e este se torna um processo automático, repetitivo, meramente passivo e completamente estranho a ele, e não mais consegue se recriar humano, somente um animal de consciência reificada. É um processo paulatino, que tem por fim a passividade que aceita docilmente a repressão e submissão frente ao moinho satânico que transforma o trabalhador em massa amorfa de trabalho humano indiferenciado⁵⁵.

⁵⁴ NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p. 72.

⁵⁵ POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Tradução de Fanny Wrabel. 2. Ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000. p. 51. “No coração da Revolução Industrial do século XVIII ocorreu um progresso miraculoso nos instrumentos de produção, o qual se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns. [...] Que ‘moinho satânico’ foi esse que triturou os homens transformando-os em massa?”

3 CAPÍTULO 3 – O TRABALHO

*[...] quem de dentro de si não sai,
vai morrer sem amar ninguém [...]*⁵⁶

*nem vem que não tem
nenhum navio ou trem
me leva a outrem*⁵⁷

3.1 OS CONTEÚDOS DA FORMA MERCADORIA

Então a mercadoria se nos apresenta agora como uma forma específica pela qual duas coisas acontecem: por um lado, a mercadoria e suas formas (forma valor de uso e forma valor) são as formas como o trabalho aparece para o mundo. A saber, ora como trabalho concreto, materialmente determinado no objeto e no seu uso; ora como trabalho abstrato, materialmente indeterminado, expresso no valor de uso de uma mercadoria em comum que opera como a forma-dinheiro na equiparação de todas as mercadorias – e, a partir dessa mercadoria-dinheiro, como mera corporificação do tempo de trabalho que a produziu.

Por outro, a mercadoria se apresenta também, desenvolvidas e desdobradas suas formas de manifestação, não só como a forma específica sob a qual os objetos do trabalho se apresentam, mas também como a configuração social que articula, organiza e dispõe a atividade mesma do trabalho em vista de um fim. Ou melhor, ela organiza a atividade do trabalho na efetivação de um valor social que embasa sua existência como forma. Assim compreendida, ela não é meramente a determinação e delimitação dos objetos do trabalho no mundo, mas a forma social que organiza, a partir de si mesma e de seus fins, a atividade do trabalho.

E há uma diferença fundamental entre o trabalho que produz ocasionalmente mercadorias, e a organização do trabalho voltada exclusivamente para a produção de mercadorias; e essa diferença não é somente quantitativa, ela é principalmente

⁵⁶ POWELL; MORAES, 1966.

⁵⁷ LEMINSKI, 2013. p. 318.

qualitativa. A reificação, enquanto desefetivação do trabalhador, enquanto sua desumanização, só ocorre onde a forma de produção de mercadorias é a única forma de organização social do trabalho; e, conseqüentemente de toda a vida que se desenrola a partir de si. E esse desejo de universalidade, essa pretensão a fundamento único do tecido social é constituinte da própria forma mercadoria.

Mas como organizando o trabalho a mercadoria poderia organizar a sociedade? Como ela espelha a disposição do trabalho para sociedade enquanto totalidade? Enfim, como a mercadoria penetra em no conjunto das manifestações vitais da sociedade para remodelar este conjunto segundo sua própria forma, sua própria imagem?⁵⁸ Isto ocorre em decorrência da natureza da atividade do trabalho: de seu caráter ontológico.

3.2 TRABALHO E OBRA

O trabalho é ontológico. Ora pois, por que? Primeiro, por ontologia aqui entendemos a determinação daquilo que é; são os atributos fundamentais sem os quais uma coisa qual deixa de ser o que é, e com a qual passa a ser o que é. O trabalho constitui parte integrante do ser humano; da sua mais universal determinação para a sua mais particular ocorrência. Isto porque o trabalho é, para os indivíduos mulheres, homens, etc., vida. Por um lado, é vida enquanto condições físicas de existência: é meio de subsistência, eterno metabolismo com a natureza para a manutenção da vida mesma. Por outro, é vida enquanto criação constante: criação, por um lado, de um mundo objetivo, tal como queria Hannah Arendt; por outro, criação enquanto engendramento singular de um gênero humano conforme a organização social do trabalho.

Em *A Condição Humana*⁵⁹, Hannah Arendt⁶⁰ faz uma crítica a obra de Marx partindo de uma divisão categorial da atividade do trabalho em duas, esta mesma

⁵⁸ LUKÁCS, 2012, p. 196.

⁵⁹ Cf. ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12. ed rev. Tradução de Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

⁶⁰ “Amigos, romanos, concidadãos, concedei-me vossa atenção. Vim para enterrar César, não o elogiar.”. “*Friends, Romans, countrymen, lend me your ears. I come to bury Ceasar, not to praise him.*” SHAKESPEARE, William. **Julius Caesar**. <http://shakespeare.mit.edu/julius_caesar/full.html>. Acesso em 21 de dezembro de 2018. (Ato 3, Cena 2, monólogo de Marco Antônio, versão nossa). Embora possa parecer arbitrário, elencamos Arendt como nossa interlocutora pois sua crítica nos ajudará a conceituar melhor a própria atividade do trabalho para Marx.

anunciada aqui. Divide o trabalho de Marx em duas categorias: trabalho (*labor*) e obra (*work*). A primeira é constituída de uma atividade cíclica de mediação entre o indivíduo e o ambiente que habita, eterno metabolismo com a natureza. A segunda é a atividade que deixa objetos no mundo, que constrói um mundo objetivo para gerações futuras.

Sua crítica a Marx se baseia em uma não separação, por parte de Marx, entre as duas categorias do trabalho. Tal confusão não o possibilitaria compreender a forma de dominação específica da *era moderna* e a alienação decorrente de tal dominação. Pois, quando separamos trabalho e obra, como categorias distintas, assumimos que: 1 - o metabolismo com a natureza, o trabalho, é nossa função animal, meramente repetitivo e mecânico, mas que nada cria, nada deixa no mundo, se não a energia que se desgasta. 2 – A criação de mundo objetivo, a obra, é a atividade que constrói um mundo composto de objetos que se defrontam a existência humana a protegendo e a possibilitando desenvolver; um mundo pronto e acabado, que acolhe os recém-chegados, e efetivam a existência, enquanto externalização do ser, daqueles que o criaram.

Sem adentrarmos muito na concepção arendtiana, o ponto principal de sua argumentação é que a *era moderna* destrói justamente esta diferença:

[...] O caso é inteiramente diferente na correspondente transformação moderna do processo da obra pela introdução do princípio da divisão do trabalho. Nesse caso, a natureza da obra é alterada e o processo de produção, embora não produza absolutamente objetos para o consumo, assume o caráter do trabalho. [...] ⁶¹

Ou seja, o problema da assim chamada *era moderna*, é que ela transforma a atividade da obra em atividade de trabalho: mecânico, repetitivo, eterno. E o objeto da obra, que compunha o *mundo em comum* de objetos a serem usados, agora é um objeto como o objeto da atividade do trabalho: um objeto para ser consumido e extinguido. A era moderna organiza o trabalho para consumir o mundo em incessantes produtos, que não são mais usados, são destruídos com a mesma voracidade com que se destrói a natureza para produzi-los.

Sem nos prolongarmos na crítica arendtiana a Marx, apontemos somente seu problema: ela é, sem mais nem menos, a própria crítica marxiana a sociedade capitalista. O que Arendt chama de *era moderna* é o que Marx chama de sistema

⁶¹ ARENDT, 2015, p. 154.

capitalista. Ademais, a crítica arendtiana à *era moderna* não consegue dar conta da dimensão do problema da reificação da consciência e da alienação do trabalho para a constituição do próprio mundo.

3.3 UNIDADE ORGÂNICA

O produto do trabalho é uma unidade. Ele reuniu em si todas as operações que o produziram. Todos os trabalhos que foram necessários para produzir um objeto de uso, se manifestam nele, seja pelo seu valor de uso ou por seu valor de troca. A unidade deste produto é *orgânica*. Isto é, a unidade que ele possui se manifesta a partir de perspectiva de união e integralização entre as partes que o compõem e que o ligam ao sujeito que o produziu. Sujeito e objeto seriam meros recortes; o trabalho os une na medida em que é despendido. Isto porque orgânico, para Lukács, como uma herança conceitual hegeliana, denota a forma como as coisas mantêm uma unidade cuja toda parte que o compõe esteja integrada no todo do objeto.

A unidade orgânica de um objeto é dada pela totalização das partes que o compõem. Uma rosa, enquanto parte da roseira, tem um fim posto, uma função, integralizada dentro do organismo da roseira. A unidade de rosa e roseira é orgânica, pois as funções que a rosa desempenha, enquanto parte, se integram a totalidade da roseira, cumprindo não a finalidade da rosa, mas a finalidade da roseira. Orgânico denota justamente o ordenamento e a finalidade de uma parte quando ela está integrada à finalidade da totalidade a qual pertence.

Para isto atentemos a diferença posta por Hegel nos momentos do conceito⁶². São três os momentos do conceito: a *universalidade*, a *particularidade*, a *singularidade*. A universalidade ou o universal, é *determinidade*: um campo, um escopo de determinação daquilo que é. O universal é, assim, abstração em geral, mera essência sem existência. A particularidade ou particular é o desenvolvimento do universal, é sua reflexão na realidade. Como reflexão do universal, da determinidade, é sua determinação: particular é a negação do universal, porquanto faz dele uma existência, nega sua essência enquanto abstração geral.

⁶² Para a conceitualização do trabalho, como proposto nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* de Marx utilizamos algumas obras de Hegel. Principalmente as *Enciclopédias das ciências filosóficas* volumes 1 e 2 e a *Fenomenologia do espírito*. Para a diferença entre universal, particular e singular ver: HEGEL, G. W. F. 1995, p. 63-88; 291-297.

No entanto, o particular é isolado, possui uma existência em si, e não se liga a indivíduos fora de si. A singularidade seria, então, o momento derradeiro do conceito, pois é o desenvolvimento do particular. O singular é o particular que estabelece conexões e vínculos entre si, portanto, que a partir de si se liga a outros, e compõem uma totalidade para além de sua individualidade. O singular é a negação do particular pois é a união do particular com o universal. Assim, o singular se faz concreto, porquanto estabelece relações entre os particulares, ao mesmo tempo que os vincula ao universal negado. E o momento do singular se faz também como a efetividade mesma do mundo, pois é a união da essência, o universal, com a existência, o particular.

Voltemos ao exemplo da rosa:

[...] O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, sua natureza fluída faz delas momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários. [...] ⁶³

Assim, cada momento particular da planta se nega, se refuta e se segue; sucedem-se um ao outro. Em nenhum deles a planta se revela em sua singularidade; pois ela só possui efetividade na sucessão e na união de todos os momentos “contraditórios”. Todos compõem sua essência. Ademais, todos possuem uma função específica; sua finalidade se dá em vista do todo ao qual estão integrados: cada momento da planta existe com uma finalidade posta em vista da essência da planta. A efetividade da planta enquanto singular se dá justamente porque organiza e dispõem suas partes, seus momentos de existência, em vista de sua essência. E quando ela assim organiza suas partes, ela se constitui como um ser orgânico⁶⁴, como uma unidade orgânica.

⁶³ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2014. p. 24.

⁶⁴ Cf. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio: II – A Filosofia da Natureza**. Tradução de José Machado e Paulo Meneses. v. 2. São Paulo: Loyola, 1997. p. 351-455.

3.4 CORPO INORGÂNICO

O indivíduo trabalhador, pela atividade do trabalho, destrói a unidade orgânica da natureza, para integrar a parte, a partir de si, em uma nova totalidade. A natureza, enquanto matéria-prima do trabalho, enquanto a materialidade a ser destruída e transformada pelo trabalho, se apresenta ao trabalhador como um corpo inorgânico:

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada com consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.⁶⁵

A natureza se coloca como o corpo inorgânico do trabalhador, que este deve trabalhar para transformar em seu próprio corpo. Em outros termos: o trabalho é a vida imediata do indivíduo trabalhador. E “a vida imediata é [...] a vida em si alienada, e assim é a natureza inorgânica da vida subjetiva. Pois inorgânica é toda exterioridade [...]”.⁶⁶ Isto é, o trabalho se realiza sobre uma unidade desconexa e não integralizada da natureza exterior a si. O trabalho transforma esta exterioridade para integralizá-lo a si; ele se liga, pelo trabalho, naquilo sobre o que se trabalha. Pela contínua atividade do trabalho, o trabalhador, por um lado, se exterioriza, se coloca no mundo; por outro, faz da exterioridade seu meio de vida, retira do mundo a vida que ele mesmo produz no mundo.

Além disso, o indivíduo separa a natureza de si mesma fazendo com que a parte que ele retira da natureza se torne inorgânica com a totalidade a que antes pertencia; mas pelo trabalho ele transforma a parte que retirou da natureza em uma finalidade integrada em seu próprio corpo, tornando esta parte orgânica a ele trabalhador. Produto do trabalho e trabalhador se tornam uma unidade orgânica, através do trabalho. O mundo que se defronta ao indivíduo trabalhador, é um mundo que reflete a si sua própria interioridade que ele colocou no mundo; o mundo objetivo e o sujeito que se conectam, pela atividade do trabalho, em uma unidade orgânica. E isto na medida mesma em que o trabalho é este reflexo de sua interioridade, de sua consciência; isto é, enquanto o trabalho se realiza segundo as finalidades daquele que trabalha.

⁶⁵ MARX, 2004, p. 84.

⁶⁶ HEGEL, 1997, p.354.

[...] o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida aparece mesma só como *meio de vida*.

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. [...] ⁶⁷

Temos agora uma outra composição. O trabalho, para além de realizar a vida individual do trabalhador, também engendra para os indivíduos mulheres, homens, etc. sua vida genérica. O trabalho é a forma de individuação de cada trabalhador; é o momento onde nega a essência de sua humanidade (seu ser universal), enquanto determinidade abstrata, para se determinar, para determinar sua própria existência enquanto indivíduo (seu ser particular). Assim como todo animal, tem na sua vida imediata, na atividade vital do trabalho, sua existência determinada.

Mas o trabalho, para o humano, não é só sua vida imediata; ele não é somente em-si. Ao se desdobrar na realidade objetiva ele engendra um mundo objetivo que se lhe defronta como algo exterior a si, um reflexo de si mesmo; como se sua própria interioridade se apresentasse agora como exterior a si. O trabalho é a, primeiramente, a consciência em-si enquanto vida imediata do trabalhador; a partir do reflexo dos produtos do seu trabalho, sua consciência retorna a si como algo outro, como sua consciência para-si. ⁶⁸

Ou, nas palavras de Marx:

[...] O engendrar prático de um *mundo objetivo*, a *elaboração* da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico. [...] ⁶⁹

Na união de sua vida imediata com sua vida reflexionada, o trabalhador efetiva sua relação com sua posição singular. Ele se efetiva enquanto *humano* na medida em se singulariza sua existência, a partir do trabalho, em consonância com sua própria essência.

⁶⁷ MARX, 2004, p. 84.

⁶⁸ Cf. HEGEL, 2014, p. 135-170.

⁶⁹ MARX, 2004, p. 85.

3.5 A FORMA MERCADORIA DO TRABALHO

Mas, o trabalho é uma atividade condicionada, delimitada por uma forma. Isto é, o trabalho é uma atividade que é realizada conforme formas constituídas histórica e socialmente. Nosso problema é a reificação. E ela se revela como problema justamente porque é o resultado de uma forma social que faz com que todo este movimento do trabalho, todo o caráter ontológico do trabalho seja suprimido para a realização de uma vida sem vida. E o que caracteriza a forma mercantil, que engendra a reificação, é que o trabalho seja organizado em vista não de sua concretude e singularidade, mas de sua abstração: que o valor, o tempo de trabalho abstrato, seja o regulador e o organizador do trabalho na sociedade.

E essa abstração do trabalho só é possível pela própria qualidade com a qual podemos qualificá-lo. Para retirar de um objeto toda sua determinação qualitativa, todo trabalho qualitativo que se encerra nele, precisamos reduzir o trabalho (enquanto determinante dos valores da mercadoria) a sua forma mais simples; ou antes, a um dispêndio de força sem forma. Reduzido a sua mais simples manifestação, trabalho é *substância formadora de valor*⁷⁰; isto é, o trabalho é a atividade que confere valor à mercadoria, tanto pela utilidade que lhe confere, como pela duração do trabalho que se cristaliza nela.

A força de trabalho que, ao ser despendida como massa de trabalho amorfa (sem forma), se cristaliza como valor na mercadoria. Como cristais do trabalho humano indiferenciado, se apresentam como uma *objetividade fantasmagórica (gespenstige Gegenständlichkeit)*⁷¹, uma alienação do trabalho enquanto externalização de si do trabalhador. A objetividade, a qualidade de se corporificar em um objeto, com a qual o trabalho se externaliza no produto do trabalho é a perda da objetividade do próprio trabalhador. É a perda da objetividade com a qual o trabalhador se efetiva no mundo.

⁷⁰ O primeiro item do capítulo 1 do Capital chama-se: “1. Os dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor (substância do valor, grandeza do valor)”. Trabalho é *substância formadora do valor*, aquilo que confere valor à mercadoria. A substância desse valor é expressa no valor de uso da mercadoria: as propriedades físicas, químicas, geométricas etc. que são os resultados dos trabalhos qualitativamente determinados efetivados na mercadoria. A grandeza desse valor é expressa no valor de troca da mercadoria: o acúmulo de trabalho efetivados na mercadoria, independente da forma específica desses trabalhos.

⁷¹ MARX, 2013, p. 116.

Ao mesmo tempo em que o trabalhador, ao trabalhar, fixou seu trabalho no produto do trabalho, ele se desefetiva, por esta objetivação do trabalho na mercadoria, pois passa a se defrontar com o produto do seu trabalho como um ser estranho a si: “a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*”⁷². Mais do que isso, a alienação (*entäusserung*) do trabalho, enquanto a externalização do trabalho, a efetivação do trabalhador, se lhe defronta como uma atividade hostil e desumanizadora. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx atribui a isso uma natureza própria do trabalho enquanto externalização (*entäusserung*):

[...] o trabalho é externo (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence a seu ser, que ele não se afirma, portanto em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito.⁷³

O trabalho é *externo* na medida mesma em que ele é *alienado*; isto é, na medida em que a força de trabalho que se gasta para realização de um trabalho é gasta não em vista de um fim definido para aquele que a gasta. O trabalho mortifica e desefetiva o trabalhador na medida em que é uma atividade realizada para outrem (portanto alienada), sem que ele domine as formas, os meios e o fim pelos quais a atividade se realiza. Essa desefetivação do trabalhador, esta externalização alienante, é a reificação decorrente do modo de produção capitalista, a *essência* da própria estrutura da mercadoria. Essa *essência*

[...] se baseia no fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma “objetividade fantasmagórica” que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e inteiramente fechada, oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens.⁷⁴

Aqui Lukács retoma a *objetividade fantasmagórica* decorrente da abstração do trabalho em Marx, a ligando diretamente ao caráter fetichista da mercadoria. Abstrair o trabalho, transformá-lo em tempo de dispêndio de força de trabalho sem forma ou determinação qualitativa, é o princípio operacional para a forma social de produção específica da forma mercadoria – a forma que separa e aliena o trabalhador do trabalho, enquanto sua atividade de efetivação, o seu colocar-se no mundo. A externalização do trabalhador se transforma em sua forma de estranhamento do mundo:

⁷² Idem, 2004, p. 80.

⁷³ Ibidem, p. 82-83.

⁷⁴ LUKÁCS, 2012, p. 184.

[...] a atividade pela qual o ser humano chega a tornar-se humano, o trabalho, pelo qual ele se diferencia do animal, evidencia-se justamente como o meio para constantemente voltar a anular essa diferença. O ser humano se relaciona com a sua mais essencial manifestação de vida como se fosse algo exterior a ele; o próprio trabalho, a sua essência propriamente dita, não é, para ele, a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer necessidades distintas desse trabalho. O caráter exterior e estranho do trabalho “evidencia-se de forma pura no fato” de que se foge do trabalho como da peste no momento em que não existe coerção física. [...] ⁷⁵

Sob a forma mercadoria, o trabalho deixa de ser a *efetividade* do trabalhador; ele passa a ser justamente seu estranhamento. Porque ele perdeu o domínio sobre a atividade, isto é, porque o trabalho que ele realiza se realiza em vista de fins que ele desconhece, que lhe são alheios, seu trabalho se torna a forma como ele vai ao mundo, sem voltar a si. É no domínio da atividade, desde seu início, enquanto imagem que orienta e conduz o processo, até no fim, seja como o fim da atividade, como a realização de uma vontade e um objetivo pelo processo, que o trabalho é *efetivo*. Quando ele se realiza para fins externos, a atividade do trabalho torna-se, como para o animal, meramente imediata; meramente vida, meramente satisfação de necessidades – por mais que distintas da atividade mesma. ⁷⁶

A *objetividade fantasmagórica* é produto desta forma social de produção; é através da abstração do trabalho que as relações entre homens expressas nos produtos do trabalho tomam o caráter de uma relação entre coisas. No entanto, a própria relação entre os homens só pode existir por conta desta abstração do trabalho; e o que denota a reificação não é propriamente esta abstração, mas a *universalização* dessa abstração.

Como aponta Marx

⁷⁵ REICHELTL, Helmut. **Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx**. Tradução de Nélio Schneider. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 39.

⁷⁶ A produção industrial de brinquedos, por exemplo, realiza um processo semelhante na desefetivação da criança no seio da família. Cf. BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Editora 34, 2009. Cf. GONZALES, Amanda. **Transformações de Emília nas obras de Monteiro Lobato: a boneca que virou gente**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Letras – Português) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018. p. 8-10.

O segredo da expressão do valor, a igualdade e equivalência de todos os trabalhos porquê e na medida em que são trabalho humano em geral, só pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a fixidez de um preconceito popular. Mas isso só é possível em uma sociedade em que a forma-mercadoria é a forma universal do produto do trabalho [...].⁷⁷

A universalidade com a qual a forma-mercadoria se impõe na sociedade, aponta justamente sua mais verídica propriedade, “Pois é somente como categoria universal de todo ser social que a mercadoria pode ser compreendida em sua essência autêntica.”⁷⁸. Esta universalidade, que determina e delimita toda manifestação ontológica, ou do ser social, a partir da forma mercadoria é expressa na *tipologia das falsas consciências*; ou, em termos mais prontamente marxianos, na consciência de classe.

3.6 A CONSCIÊNCIA CLASSE – OU A POSIÇÃO ONTOLÓGICA ENGENDRADA PELA FORMA SOCIAL DO TRABALHO

Atribui-se a consciência de classe alguma espécie de *estado de consciência* psicológica que se obtém do mundo. Certamente uma interpretação advinda de leituras permeadas pela psicanálise. Aqui precisamos corrigir este equívoco se quisermos entender a relação dos indivíduos com a História. *Consciência de classe* não é algo que se alcança; muito menos é algo que descreve um certo estado mental com relação a realidade do mundo. A consciência de classe é, segundo Lukács:

[...] uma *inconsciência*, determinada conforme a classe, de sua própria situação econômica, histórica e social. Essa situação é dada como uma relação estrutural determinada, como um nexos formal definido, que parece dominar todos os objetos da vida. Consequentemente, a “falsidade” e a “ilusão” contidas em tal situação real não são arbitrárias, mas, ao contrário, a expressão mental da estrutura econômica e objetiva.⁷⁹

A consciência de classe é a consciência adjudicada a indivíduos de uma classe conforme as determinações materiais, históricas e sociais de sua vida.⁸⁰ Não dizem respeito a propriamente o que eles pensam ou deveriam pensar; ou como agem ou deveriam agir. Mas antes de conhecer o que tais indivíduos *teriam* pensado, sentido, desejado, mesmo agido, se conseguissem apreender a realidade como

⁷⁷ MARX, 2013, p. 136.

⁷⁸ LUKÁCS, 2012, p. 198.

⁷⁹ Ibidem, p. 143.

⁸⁰ Cf. MÉSZÁROS, 2002, p. 399-404.

totalidade. Isto porque toda consciência que os indivíduos podem ter da realidade é justamente uma “falsa consciência” do mundo; e é falsa consciência pois não consegue apreender a sociedade que se apresenta em sua totalidade.

A totalidade é a realidade do mundo; e a falsa consciência não é propriamente uma consciência alienada do mundo, da realidade. A falsa consciência é justamente a consciência adjudicada a indivíduos de uma classe conforme as determinações materiais de sua vida. A consciência de classe é um espectro de falsas consciências, determinadas conforme a classe, que determinam como o que de fato os indivíduos podem ou poderiam pensar a partir da posição que ocupam.

Antes de nos debruçarmos sobre a *determinação duplamente dialética* da falsa consciência, cabe ainda elucidar um outro corriqueiro equívoco. É comum compreender o conceito de classe como um recorte econômico ou social. Associa-se ao conceito de classe uma dada classificação correspondente a uma categoria econômica. E reduz-se esta categoria classificatória econômica a uma faixa de renda familiar e acúmulo de bens: a uma categoria classificatória de acúmulo de propriedade privada (pois o salário nada mais é do que propriedade privada)⁸¹ – mesmo que tais propriedades privadas não sejam necessariamente transformadas em capital.

Marx define a classe, já em 1848, no Manifesto do Partido Comunista, da seguinte maneira: “Nas mais remotas épocas da História, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das *posições sociais*.”⁸² É justamente o entendimento da classe como uma posição social que nos interessa.⁸³ Como *posição social*, a classe não é um recorte de renda de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos; como posição social a classe é o encontro de diversas determinações materiais, históricas e sociais (e, justamente por isso, econômicas) cuja vida de um indivíduo é permeada.

Mas o que precisamente determinam estas determinações? O que é, de fato, esta posição social ocupada pela classe? Onde se situa esta tal posição? Lukács aborda este problema propondo a seguinte solução (na esteira do que chama de “movimento posterior” as obras de Marx e Engels):

⁸¹ Cf. MARX, 2004, p.88.

⁸² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. Ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 40. Grifo nosso.

⁸³ Cf. MAESO, Benito Eduardo. **As diferenças em comum**: Deleuze, Marx e o agora. Tese (doutorado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018. p. 331-332.

De uma maneira funesta, tanto para a teoria como para o proletariado, a principal obra de Marx interrompe-se justamente no momento em que aborda a definição de classe. [...] No espírito do marxismo, a divisão da sociedade em classes deve ser determinada segundo a posição no processo de produção.⁸⁴

Assim, decisivo para a classe e para a própria consciência é o trabalho. É o trabalho que determina a classe. Ou melhor, é a posição que se ocupa na disposição e organização social do trabalho que determina um indivíduo segundo uma classe; pois a organização social do trabalho é a organização do processo de produção. A classe é a posição que se ocupa nesta organização social do trabalho.

Com esta definição do conceito de classe, podemos compreender como é possível transpor as diversas lutas sociais para dentro da esquemática geral, sem reduzir as particularidades ou diminuir a própria luta, da luta de classes. Aqui nos fiamos em Silvia Federici:

Se é verdade que na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou em suporte específico para as funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe. [...] Para reformular o que apresentei: se na sociedade capitalista a ‘feminilidade’ foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a história das mulheres é a história das classes, e a pergunta que devemos nos fazer é se foi transcendida a divisão sexual do trabalho que produziu esse conceito em particular.⁸⁵

Para além da compreensão da mulher como uma classe específica, como uma posição específica da vida na sociedade, aqui capitalista, podemos estender a luta de classes também para a luta de povos: isto é, pela luta por modos outros de organização da vida. Marx descreve, no capítulo 24 do *Capital*⁸⁶, o processo de acumulação primitiva: é o processo de despossessão da terra, da desvinculação das e dos trabalhadores com aquilo que lhes serve de meio de vida, como meio de trabalho. Federici traça paralelos dessa relação de despossessão dos indivíduos trabalhadores da terra, com o processo de acumulação primitiva sobre o corpo da mulher: a despossessão do corpo, voltando o corpo da fêmea para a reprodução da força de trabalho, não mais de trabalho. Viveiros de Castro, na famosa aula pública *Os Involuntários da Pátria* (durante o ato Abril Indígena na Cinelândia no Rio de

⁸⁴ LUKÁCS, 2012, p. 133.

⁸⁵ FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. p. 31.

⁸⁶ Cf. MARX, 2013. pp. 785-833.

Janeiro, em 20 de abril de 2016), traça os mesmos paralelos com outras formas de despossessão:

A terra é o corpo dos índios, os índios são parte do corpo da Terra. A relação entre terra e corpo é crucial. A separação entre a comunidade e a terra tem como sua face paralela, sua sombra, a separação entre as pessoas e seus corpos, outra operação indispensável executada pelo Estado para criar populações administradas. Pense-se nos LGBT, separados de sua sexualidade; nos negros, separados da cor de sua pele e de seu passado de escravidão, isto é, de despossessão corporal radical; pense-se nas mulheres, separadas de sua autonomia reprodutiva. Pense-se, por fim mas não por menos repugnante, no sinistro elogio público da tortura feito pelo canalha Jair Bolsonaro – a tortura, modo último e mais absoluto de separar uma pessoa de seu corpo. Tortura que continua – que sempre foi – o método favorito de separação dos pobres de seus corpos, nas delegacias e presídios deste país tão “cordial” [...].⁸⁷

Assim, retomando, a classe é um lugar que se ocupa marcado pela violência sofrida para que se conforme a tal ocupação. Mas também é marcada pelo processo de *(r)existência* com relação a nova posição a que é conformado, e de resgate da posição que ocupava ou busca ocupar em um modo outro de organização da vida. A consciência é a perspectiva que surge desta luta e desse lugar que se ocupa. Ou, como definimos acima, uma perspectiva que *pode* surgir a partir desta posição. Esta perspectiva que surge do mundo, a consciência de classe, que é determinada, tanto como posição social ou como posição no processo de produção, a partir da organização social do trabalho – portanto, da produção e reprodução da vida mesma⁸⁸ –, essa perspectiva surge como uma relação com a sociedade como totalidade. Mas, e aqui entra o jogo duplamente dialético da consciência, esta relação com a totalidade sempre é uma perspectiva. Assim:

[...] é somente nessa relação que se revela a consciência que os homens têm de sua existência, em todas as suas determinações essenciais. De um lado, aparece com algo *subjetivamente* justificado na situação social e histórica, como algo que pode e deve ser compreendido enquanto “correto”. Ao mesmo tempo, aparece como algo que, *objetivamente*, é passageiro em relação a essência do desenvolvimento social, não se conhece e não se exprime adequadamente, portanto, como “falsa consciência”. Por outro lado, na mesma relação, essa consciência revela não ter conseguido alcançar *subjetivamente* os fins que atribuiu a si mesma, enquanto promoveu e atingiu os fins *objetivos* do desenvolvimento social, que ela não conhecia e não desejou.⁸⁹

⁸⁷ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os Involuntários da Pátria**. Rio de Janeiro: N-1, 2016. pp. 17-18.

⁸⁸ Quando abordarmos o conceito de práxis, em relação ao desenvolvimento da consciência, mostraremos como essa ideia da produção e reprodução da vida se relaciona.

⁸⁹ LUKÁCS, 2012, p. 140-141.

Sob a forma subjetiva, engendrada a partir da forma social-histórica, os indivíduos têm uma compreensão da realidade pautada na perspectiva da posição que ocupam: sua classe. Portanto, a partir da sua posição, tem uma apreensão da sociedade, isto é, da sociedade enquanto totalidade, portanto, da realidade, “correta”. Correta pois é uma consciência adjudicada a partir das determinações materiais de sua vida. Ao mesmo tempo, por ser uma perspectiva limitada pela posição que ocupa, todo fim que busca nunca se concretizam; justamente porque não apreende a totalidade de fato, mas a perspectiva da totalidade a partir de sua posição.

Sob a forma objetiva, é uma consciência que se *exprime adequadamente*, que não apreende de fato o processo social em seu desenvolvimento. Justamente porque subjetivamente não apreende a totalidade, mas uma perspectiva. Assim, a consciência que surge dos indivíduos, a partir da posição que ocupam no mundo, é uma falsa consciência; uma consciência incompleta e afastada do devir do mundo. Mas justamente porque se manifesta, objetivamente, como uma falsa consciência, como uma não compreensão da totalidade, pode desenvolver a forma histórica a qual pertence, os *fins objetivos do desenvolvimento social*. Aqueles fins e relações que a consciência desconhece, mas que realiza.

Aqui poderia se objetar: tal definição da consciência de classe como uma inconsciência, com uma falsa consciência atribuída conforme a posição no processo de produção, e a independência das forças motrizes da história (portanto, da própria História) da consciência que os indivíduos têm delas, também parece excluir da História qualquer mudança operada a partir de uma atividade humana. A isto objetaríamos que, conforme a relação duplamente dialética da falsa consciência, não ter consciência dos fins que se realiza não significa não realizar nenhum fim. Isto é evidente pela separação das formas subjetivas e objetivas com as quais as ações humanas se desenrolam no mundo. Nas palavras de Lukács:

Parece que [...] todo papel decisivo no processo histórico estaria sendo subtraído da consciência. Certamente, os reflexos conscientes das diversas etapas do desenvolvimento econômico permanecem fatos históricos de grande importância; certamente, o materialismo dialético, assim constituído, não contesta de modo algum que os homens cumprem e executam conscientemente seus atos históricos. Mas [...] trata-se de uma falsa consciência.⁹⁰

⁹⁰ Ibidem, p. 139.

Portanto, subjetivamente desconhecemos a totalidade; mas objetivamente desenvolvemos seus fins. Pois é justamente a falsa consciência, como uma consciência *corretamente* atribuída conforme a posição que se ocupa na organização social da vida, que possibilita que desconheçamos os fins específicos que realizamos: que a práxis, com força motriz da história, seja independente da consciência que temos dela, enquanto a realizamos.

4 CAPÍTULO 4 - SUJEITO E OBJETO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

*[...] Hoje estou dividido entre a lealdade que devo à tabacaria do outro lado da rua, como coisa real por fora e à sensação de que tudo é sonho, como coisa real por dentro. [...]*⁹¹

4.1 A REIFICAÇÃO

Reificação é o tornar-se coisa de uma função do homem. A própria análise etimológica da palavra indica tal afirmação, onde *res*, do latim coisa, indica o caráter justamente de: tornar-se coisa. No original em alemão, reificação (*Verdinglichung*), indica também este mesmo caráter de tornar-se coisa; coisa (*ding*) é, aqui, coisa em um sentido mais amplo do que coisa material (*Sache*).

Partindo da definição dos irmãos Grimm⁹², em consonância com o sentido que os termos adquirem para Marx e Lukács, *Ding* seria a forma de expressar uma coisa abstrata, afastada da concretude do real; algo como uma substância sem forma ou matéria determinada. *Sache* seria, ao contrário, melhor definido como coisa material. Assim, Marx e Lukács utilizam reificação (*Verdinglichung*) para descrever o processo de tornar-se coisa como o processo de alienação contemplativa perante o mundo; coisificação (*Versachlichung*) indica, nos dois autores, o tornar-se materialmente uma coisa - como o processo de produção de mercadorias.

Essa diferença entre reificação e coisificação indica uma separação importante para compreender como operar o conceito de *trabalho* para os dois autores. Enquanto o segundo processo indica um colocar-se no mundo - quer seja um sujeito que se coloca no mundo através do objeto que produz, quer seja o objeto que é posto no mundo na medida em que é produzido -, o primeiro indica o processo pelo qual, por mais que o sujeito esteja no mundo, não faça mais do que obedecer às leis que determinam toda existência nele. O conceito de reificação indica os fenômenos pelos quais a práxis torna-se meramente uma contemplação, em grau mais ou menos consciente, do mundo.

⁹¹ CAMPOS, Álvaro. *Tabacaria*. Disponível em: <http://www.citador.pt/poemas/tabacaria-alvaro-de-camposbrbheteronimo-de-fernando-pessoa>. Acesso em 20 de ago. de 2018.

⁹² Segundo as definições de *ding* e *Sache* de: GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. **Deutsches Wörterbuch von Jacob Grimm un Wilhelm Grimm**. Leipzig: Verlag von S. Hirzel, 1854. Disponível em: http://woerterbuchnetz.de/cgi-bin/WBNetz/wbgui_py?sigle=DWB. Acesso em 20 de ago. de 2018.

A *práxis contemplativa* é o resultado da consciência reificada dos indivíduos, produzida pelo modo de produção capitalista. E *práxis* se refere tanto a atividade do trabalho - enquanto o processo de objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalhador no mundo -, como a *práxis* de transformação das formas sociais que regulam a sociedade - que Lukács traz para dentro do materialismo histórico como o problema do novo na história. Essas formas de desdobramento do problema da *práxis* são os resultados do desenvolvimento da forma de produção de mercadorias como, para ficarmos em uma linguagem lukacsiana, “categoria universal de todo ser social.”⁹³

Assim, a alienação e o estranhamento, como vimos, se apresentam como fenômenos relativos e desencadeados pelo trabalho que se tornou meramente abstrato e externo ao próprio trabalhador. O sentido do trabalho se inverteu, não é mais a externalização de si no mundo, mas o constante condicionamento do sujeito ao mundo exterior. A reificação é uma inversão da relação sujeito-objeto.

4.2 SUJEITO E OBJETO COMO FORMAS SOCIAIS

Primeiramente precisamos entender que, para Lukács, sujeito-objeto é uma relação dialética em constante transformação, sem nenhuma possível estabilização, nem uma separação nítida entre o que seja cada par da dualidade. Isto fica claro em suas respostas às críticas de Rudas e Deborin em *Reboquismo e Dialética*. Acusado de subjetivismo, ele necessita definir tal relação para além de uma relação constante e imutável: é necessário introduzir a dialética na relação sujeito-objeto para que o marxismo não se transforme “em sociologia burguesa, com suas leis formais supra-históricas, que exclui toda ‘atividade humana’”.⁹⁴

Esta exclusão da atividade humana do mundo, e da incapacidade, em tais sistemas, da ação humana causar uma mudança real no mundo, é o que caracteriza a consciência reificada. Mas mais do que constatar esta mudança específica da relação sujeito-objeto, em *Reboquismo e Dialética* busca-se apenas afirmar que a maior fonte de erros do marxismo vulgar é a não consideração de que esta relação é construída social e historicamente:

⁹³ LUKÁCS, 2012, p. 198.

⁹⁴ LUKÁCS, György. **Reboquismo e dialética**: Uma resposta aos críticos de História e consciência de classe. Tradução de Nélio Schneider e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 36.

Portanto, para Deborin não existe *luta de classes*. “A sociedade luta contra a natureza” e ponto! O que se desenrola no interior da sociedade é mera aparência, subjetivismo. Por essa razão, para ele - de modo muito coerente - , sujeito = indivíduo e objeto = natureza, ou sujeito - sociedade e objeto - natureza. Deborin não toma conhecimento de que *no interior* da sociedade se desenrola um processo histórico que modifica a relação entre sujeito e objeto.⁹⁵

A relação entre sujeito e objeto se modifica historicamente porque sujeito e objeto não são categorias fixas que determinam a existência dos seres no mundo, mas formas que eles e o próprio mundo assumem historicamente. São formas que se co-determinam constantemente e se constituem nessa co-determinação:

Rudas e Deborin permanecem aqui, em parte, do ponto de vista vulgar da vida cotidiana e de sua ciência: eles separam sujeito e objeto de modo rígido e mecânico; consideram como objeto da ciência apenas aquilo que está livre de qualquer participação do sujeito e protestam num tom de extrema indignação científica quando se atribui ao momento subjetivo na história um *papel ativo e positivo*.
[...] quer superestime, quer subestime “o momento subjetivo”, ele sempre o *separa* meticulosamente do momento “objetivo” e toma o cuidado de não considerar os dois momentos em sua *interação dialética*.⁹⁶

E essa *interação dialética* é constante. Em nenhuma época histórica é possível separar tão cirurgicamente o sujeito do objeto, e vice-versa. Não é possível compreender as formas de objetividade sem, concomitantemente, compreender a sua relação com a forma correspondente de subjetividade; muito menos compreender esta sem aquela. Justamente porque não é possível que formas de subjetividade se engendrem (ou sejam engendradas) no mundo sem modificar formas de objetividade; e mais, sem desenvolver formas de objetividade que modificarão a própria forma de subjetividade que a modifica. Uma constante interação dialética que se desenrola no interior da sociedade entre as duas formas que os seres assumem no mundo.

Sujeito e objeto são formas que surgem no interior da sociedade, se modificam na sua interação dialética e no decorrer do processo histórico que as cria e as destrói. Compreender sujeito e objeto como formas fixas, é compreender todo o desenvolvimento da história e da sociedade como a mera transformação dos conteúdos determinados por essas formas. E a forma específica que assim se fixa é sempre fixada conforme a valoração ideológica produzida pela consciência reificada

⁹⁵ Ibidem, p. 35.

⁹⁶ Ibidem, pp. 35-37

de uma classe que domina a sociedade economicamente. Essas formas fixas se colocam como o fim a qual toda a humanidade aspira, uma vez realizada essas formas, a história chegaria ao fim e humanidade se realizaria enquanto um ser singular.

4.3 AS FORMAS - UMA BREVE DIGRESSÃO

No entanto, a história não é o desenvolver perene de formas fixas, cujos conteúdos se moldam até alcançarem sua forma final. Ela é uma batalha sangrenta e constante para a efetivação dessas formas:

[...] ela é, antes, justamente a *história dessas formas*, sua transformação *como* formas da reunião dos homens em sociedade, como formas que, iniciadas a partir de relações econômicas objetivas, dominam todas as relações dos homens entre si (e assim também as relações dos homens consigo mesmo, com a natureza, etc.).⁹⁷

Não há passagem determinada e linear entre as formas históricas, sociais, econômicas, etc; a história é a sobreposição e os conflitos entre as formas. Assim como vimos no primeiro capítulo, a forma mercantil é um exemplo de uma dessas formas: ela é o desenvolvimento de uma forma econômica e social que se desenvolve a partir de uma forma anterior – não de maneira linear e natural, mas conflituosa, ambígua, indeterminada.

A própria forma mercantil também já não é perene e imutável; ela é também a transformação de formas que a engendram já dentro da sociedade capitalista. Os conteúdos enformados e as formas estão em uma mescla contínua, em constante interação e destruição. E a história é a história deste confronto constante; ele é este movimento dialético sem fim. Críticas às obras de Marx e ao materialismo histórico esbarram, geralmente, nos mesmos erros de Rudas e Deborin: não conseguem compreender a fluidez dessas formas e dos conteúdos.

A práxis é ação que transforma essas formas, que as destrói, e que também as cria. A práxis é a vida que se põe como ação direta no mundo, para a transformar este mundo, para mudá-lo. Quando, mais a frente, abordarmos o colapso da ação nas formas de subjetividade engendradas pela forma mercantil, veremos que é isto

⁹⁷ Idem, 2012, p.135.

justamente que os sujeitos perdem no mundo: a *práxis contemplativa* nada mais é do que a conformação com o mundo fixo, fechado e imutável de formas supra-históricas - as “leis naturais” da ciência burguesa.

A práxis acontece na *vida vivente*, ao contrário dessa *vida sem vida*, a *vida ordinária* de formas fixas a serem meramente realizadas ou cumpridas. Nesse sentido, a verdadeira práxis se coloca também para além da ética:

Pois toda ética é formal. O dever é um postulado, uma forma, e quanto mais perfeita a forma, mais possuidora de vida própria e mais distante da realidade imediata. É uma ponte que separa; uma ponte pela qual vamos e voltamos chegando sempre em nós mesmos, nunca no outro. Esses homens não podem nunca sair de si mesmos, pois seu contato com os outros é, no melhor dos casos, uma interpretação psicológica de signos, e apenas o rigor do dever confere a suas vidas uma forma estável e segura – mas que não chega a ser nem profunda nem íntima. A vida vivente está além das formas, ao passo que a vida ordinária está aquém delas; já a bondade é a graça capaz de implodir as formas.⁹⁸

Sem nos aprofundarmos na temática do que é a Bondade que este conto de Lukács aborda, podemos relacionar a passagem diretamente ao problema da reificação. As formas que condicionam a vida, quando são aceitas como fixas e imutáveis, ganham autonomia com relação à vida: elas dominam a vida, moldam a vida, transformam a vida segundo sua própria imagem. Tanto mais elas se completam e se estendam sobre todas as dimensões da vida, tanto mais elas dominam, moldam e transformam as manifestações vitais que subjazem em seu interior. Assim, quando falávamos anteriormente que a reificação só aparece na sociedade capitalista quando a forma mercantil se torna universal e constituinte de toda manifestação vital, apontávamos já para essa propriedade das formas.

⁹⁸ LUKÁCS, György. **A alma e as formas**: Ensaios. Tradução de Rainer Patriota. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 250. Esta passagem é do conto *Da pobreza de espírito: um diálogo e uma carta*, que não foi publicado originalmente no livro, mas incluído na tradução inglesa de 2010 *Soul & Form* da Columbia University Press, e na edição brasileira da Autêntica, que se serviu da inglesa como base. Trata-se de um conto em que ele descreve uma conversa hipotética com Martha, a personagem-narrador do texto, que faz as vezes da irmã de Irma Seidlers. Irma era uma amiga e ex-companheira de Lukács, a quem ele planejava dedicar a obra *A vida e as formas*. A dedicatória no original alemão se lê: “*Dem Andenken Irma Seidlers*” (em memória de Irma Seidlers). Ela se suicida em 18 de maio de 1911. *Da pobreza de espírito* é uma forma do autor lidar com o luto e um sentimento de culpa e responsabilidade pela morte de Irma; mas ele também marca, assim como a experiência da primeira guerra mundial, profundamente seus escritos. Apenas um adendo a tradução, onde Patriota traduz por vida vivente e vida ordinária, a versão espanhola traduz por *vida viva* e *vida corriente* e a versão inglesa por *living life* e *everyday life*; na passagem da seção anterior, *vida ordinária* (*vida corriente/everyday life*) tem o mesmo sentido de vida cotidiana.

O trabalho era, como vimos anteriormente, uma atividade pela qual e com a qual os indivíduos saíam de si para o mundo - o metabolismo com a natureza. A troca dos produtos desses trabalhos permitia a esses que, para além de saírem de si, voltavam a si a partir de um outro, realizassem o metabolismo com a natureza de um outro - efetivassem, assim, o metabolismo social. Quando Lukács aponta para a alegoria das formas como uma ponte que só permite a realização de nossa própria individualidade, sem nunca encontrar um outro, sem que consigamos sair de nós mesmos, ele aponta para as formas de objetividade e subjetividade que advêm da forma mercantil. Com a forma mercantil, o trabalhador não se afirma mais na atividade do trabalho, ela não é mais a atividade pela qual ele se efetiva no mundo. Sob a forma mercantil o trabalho passa a ser a mera realização de uma forma externa e sem sentido para ele.

A vida que quebra, que implode essas formas, que se estende para além delas, é justamente a vida enquanto criação, a vida como realização do novo: a vida como práxis. Romper com as formas de objetividade e subjetividade engendradas pela forma mercantil é romper com a universalidade com a qual ela molda toda manifestação vital a sua própria imagem. É romper com o trabalho enquanto alienante e não efetivador de cada indivíduo. É romper com a forma desumanizadora e desumanizante que transforma todo sujeito em objeto de um sistema sem face. É romper com a forma mercantil.⁹⁹

4.4 A FORMA MERCANTIL

O que demarca o modo de produção capitalista - isso que Lukács chama de forma mercantil - é que a mercadoria não é um acaso, um excesso da produção interna. O modo de produção capitalista é uma organização social do trabalho que volta inteiramente a finalidade do trabalho para a produção de valores sociais. Não há mais um metabolismo com a natureza, há somente um metabolismo social.

Com a forma mercantil não há mais metabolismo com a natureza (ou que essa não seja mais a finalidade do trabalho sob essa forma). O metabolismo social que era

⁹⁹ Nesse sentido: [...] a política não é a abertura a alternativas produzidas por pensamentos estratégicos imersos na análise de situações que exigem ações e reações. Ela é também a insistência em coordenar ações a partir da pressão por outros modos de existência. [...] SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017. p. 132.

a transformação em relação social do metabolismo com a natureza, se torna uma relação social de coisas. Coisas que não expressam mais aquilo que elas expressavam – a reificação transforma uma relação entre pessoas em uma relação entre coisas.

A mercadoria, por tudo o que demonstramos até aqui, nos importa como forma, como modo de produção específico. Enquanto podemos dizer que qualquer objeto possa ser uma mercadoria (se possuir uma utilidade para necessidades humanas e for confrontada com outras mercadorias enquanto a corporificação de trabalho humano), disso não se segue que estes objetos sejam produzidos *como* mercadorias. Que uma coisa seja mercadoria não se segue que tenha sido produzida para a obtenção de seu valor. Somente quando o trabalho já não é mais considerado sobre sua forma concreta, quando já não é mais trabalho útil, é que a forma mercantil pode penetrar todas as manifestações vitais da sociedade.

O que possibilita tal domínio social é justamente o que possibilita a própria existência de uma mercadoria. É justamente o fato de que objetos qualitativamente diferentes possam ser reduzidos a uma *forma* de igualdade. Como vimos, este princípio de igualdade formal é o trabalho humano abstrato:

Objetivamente, a forma mercantil só se torna possível como forma de igualdade, da permutabilidade de objetos qualitativamente diferentes pelo fato de esses objetos - *nessa* relação que é a única a lhes conferir sua natureza de mercadorias - serem vistos como formalmente iguais. Desse modo, o princípio de igualdade formal só pode ser fundado em sua essência como produto do trabalho humano abstrato (portanto, formalmente igual). Subjetivamente, essa igualdade formal do trabalho humano abstrato não é somente o denominador comum ao qual os diferentes objetos são reduzidos na relação mercantil, mas torna-se o princípio real do processo efetivo de produção de mercadorias.¹⁰⁰

Assim, o princípio de igualdade formal, que surge como condição do metabolismo social, como o mediador social do metabolismo individual com a natureza, toma tal proeminência sobre o processo que o condiciona e dá existência, que se transforma no “princípio real do processo efetivo de produção de mercadorias”.¹⁰¹ Quando se transforma em *princípio real*, a forma mercantil é a mediadora do metabolismo do indivíduo com a natureza e do metabolismo social;

¹⁰⁰ LUKÁCS, 2012, p. 200.

¹⁰¹ Ibidem.

porém, se antes o metabolismo social era a realização social do metabolismo com a natureza, agora ele é o único metabolismo que ocorre na sociedade. Isto é, a forma mercantil como modo universal de organização de trabalho, desconecta o trabalhador da efetivação de seu trabalho.

A forma objetiva desse princípio real transforma a mercadoria no sujeito das relações sociais. A forma subjetiva complementar desse processo, transforma os sujeitos, antes trabalhadores, agora em objetos de relações que não controlam; sob as quais podem no máximo se *assujeitarem*. A primeira é a objetividade fantasmagórica: o fetichismo da mercadoria. A segunda a contemplação das leis naturais do capitalismo: a práxis contemplativa. A reificação é o produto destas formas: são os “problemas fundamentais que resultam do caráter fetichista da mercadoria como forma de objetividade, de um lado, e do comportamento do sujeito submetido a ela, de outro.”¹⁰²

Adentremos, então, na forma de objetividade decorrente da forma mercantil.

4.5 O CARÁTER FETICHISTA DA MERCADORIA E SEU SEGREDO

A forma-dinheiro do valor, como vimos, é a última forma do valor, e a que confere total independência ao valor da mercadoria com relação a sua expressão no valor de uso. É a primeira forma a fazer isso em um nível social geral: foi o desenvolvimento das diversas formas de expressão do valor até a forma-dinheiro que permitiu a constituição e a consolidação do metabolismo social através da troca dos produtos do trabalho. É o dinheiro que permite a socialização do trabalho, antes somente a realização individual no metabolismo com a natureza.

E isso não é pouco, pois é partir da possibilidade de abstração geral do trabalho, da transformação de cada trabalho concreto, particular, privado e individual em trabalho social e abstrato, trabalho sem forma, que “[...] o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhe são estranhas.”¹⁰³ É a partir da abstração geral do trabalho, e do metabolismo social do trabalho independente da

¹⁰² Ibidem, p. 194.

¹⁰³ Ibidem, p. 199.

forma concreta de sua efetivação, que o indivíduo mulher, homem, etc. se aliena da sua própria vida.

Mas como surge essa alienação? Como trabalhos concretos, ao assumirem a forma mercadoria, podem perder o seu caráter de efetividade - da objetivação e externalização no mundo - e assumir formas sociais independentes não só desses trabalhos concretos, mas do próprio trabalhador que se efetiva, se objetiva e se externaliza através do trabalho? A princípio, da própria forma mercadoria.

É o próprio desenvolvimento da mercadoria, da sua transformação em dinheiro, que nos demonstra que constantemente a mercadoria busca se emancipar por completo do trabalho enquanto efetivação do trabalhador. Assim, retomando a passagem dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, o próprio processo de trabalho já não é uma forma de se colocar no mundo, mas de se alienar dele; de sair para o mundo e não mais retornar - nem mais em si, quanto menos se ligar a um outro.

Porém, o princípio da reificação não pode estar na atividade do trabalho em si mesma, enquanto atividade humana independente de qualquer forma social de organização. Conquanto pode estar na própria forma-mercadoria, enquanto fenômeno particular e isolado da sociabilidade do trabalho. Pois independentemente do modo social de organização do trabalho, quando indivíduos compartilham seus trabalhos, o trabalho deixa de ser *simplesmente* o metabolismo com a natureza, e já assume uma forma social. O problema da reificação, exclusivo da constituição da sociedade capitalista, é o desenvolvimento da forma mercantil enquanto forma universal e socialmente válida: a mercadoria como um modulador universal da vida.

É só quando a forma-mercadoria deixa de ser a forma como os valores de uso são trocados, e passa a ser a forma como valores são produzidos, que a reificação se manifesta:

Somente no interior de sua troca os produtos do trabalho adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada de sua objetividade de uso, sensivelmente distinta. Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor só se realiza na prática quando a troca já conquistou um alcance e uma importância suficientes para que se produzam coisas úteis destinadas à troca e, portanto, o caráter de valor das coisas passou a ser considerado no próprio ato de sua produção.¹⁰⁴

¹⁰⁴ MARX, 2013, p. 148.

É somente quando a força de trabalho passa a ser dispendida já como trabalho abstrato é que pode emergir da relação social dos trabalhos objetivados nas coisas, uma relação reificada entre os indivíduos.

Marx denota a transformação do trabalho concreto, como efetivação do trabalhador, em trabalho abstrato através de três momentos subsequentes:

A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho.¹⁰⁵

Em primeiro, a igualdade dos trabalhos humanos passa a ter sua forma de manifestação nas coisas, através da igualdade do valor dos produtos destes trabalhos. Em segundo, a duração do dispêndio da força de trabalho, o tempo de trabalho, passa a ser expresso pela grandeza de valor das coisas, pela quantidade de valor acumulado nos produtos destes trabalhos. Por último, a socialização dos trabalhos de cada indivíduo passa a ser expresso através da relação estabelecida entre coisas, da forma de relação estabelecida entre os produtos destes trabalhos.

O caráter fetichista da mercadoria consiste justamente do distanciamento entre o que acontece e a forma de expressão do que acontece. Mais precisamente, a forma de expressão passa a ser o acontecimento, e o que outrora era expresso, passa a ser escondido pela própria forma como aparece no mundo. Assim, a forma de expressão da igualdade dos trabalhos torna-se a forma imediata e natural da igualdade dos trabalhos no mundo: a abstração do trabalho passa a ser a forma de efetivação do trabalho. A duração de realização do trabalho abstrato passa a ser a medida do tempo de toda vida, não mais uma expressão particular e parcial dela. Por fim, as relações entre as coisas, outrora expressão da comunhão de trabalhos concretos e diversos, passa a ser a relação natural entre as abstrações do trabalho.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 147.

4.6 OS HIERÓGLIFOS SOCIAIS

O que caracteriza o fetichismo, como forma de objetividade, é que ele transforma o produto do trabalho humano em algo incompreensível para quem trabalha. Quem realiza a atividade não compreende o que ela é, nem consegue compreender o que dela se obtém, muito menos as relações sociais que emergem a partir do trabalho e dos produtos dos trabalhos. E isso decorre do valor como forma de expressão do trabalho que já foi organizado em vista da forma de expressão.

É como se na vida real, na vida material, as palavras não só significassem as coisas das quais são símbolos, mas substituíssem as coisas mesmas na materialidade de sua existência. Aquilo que é a forma como as coisas são representadas nas relações reais passa a ser a forma mesma das coisas. A forma de manifestação do trabalho transforma-se na forma de efetivação do trabalho.

O resultado disso não poderia ser outro:

[...] na testa do valor não vai escrito o que ele é. O valor converte, antes, todo produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens tentam decifrar o sentido desse hieróglifo, desvelar o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores é seu produto social tanto quanto a linguagem.¹⁰⁶

A linguagem do metabolismo social transforma o trabalho em uma linguagem inacessível para o trabalhador. Agora, além do trabalho, a atividade humana deve se voltar para desvelar as camadas e camadas de véus que encobrem a realidade, a forma efetiva da realidade que eles mesmos produzem. A mercadoria se torna uma forma objetiva e externalizada do ser do trabalhador que ele não consegue compreender. Ao se externalizar no mundo através do trabalho ele cria um mundo estranho e distante de si, que lhe impede inclusive de voltar a si.

Ele não domina o processo de trabalho; ele desconhece as etapas, os procedimentos, as conexões dos trabalhos parciais. O produto do seu trabalho lhe aparece como uma coisa acabada, e ele não mais se reconhece naquilo que produz. Não porque ignore que produz e o que produz; mas porque o produto foi produzido através da conexão racionalmente isolada de trabalhos parciais. E ele não consegue

¹⁰⁶ Ibidem, p. 149.

mais reconhecer o trabalho parcial que realizou e como ele compõem a totalidade de trabalhos que se fixam no produto final.

Isso ocorre porque o trabalho que ele realiza é um trabalho alienado. Isto é, é um trabalho realizado para outrem. Alguém comprou as horas do seu trabalho como uma mercadoria no mercado, e consumiu essas horas de trabalho para produzir mercadorias que não lhe pertencem. Sua energia, sua vida, a atividade com a qual ele se coloca no mundo: tudo isso é alienado junto com sua força de trabalho. Depois de alienada (vendida) ele não mais consegue compreendê-la. Ela é apenas um signo, um símbolo de tudo o que ele não é mais. O valor é um hieróglifo de sua vida social: a forma de manifestação de um mundo que já não é, um mundo que morreu e que nunca mais se realizará.

4.7 A CONTEMPLAÇÃO AS LEIS DO CAPITALISMO

Do fetichismo da mercadoria, da forma de objetividade dessa reificação, surge a contemplação: a atitude passiva perante o mundo. A não compreensão do mundo que cria, torna o sujeito do processo, o criador desse mundo, um mero espectador daquilo que cria. Como se o mundo que se lhe confronta como algo objetivo fosse anterior e superior a sua presença no mundo, e não o resultado dela.

Quando surge um tal mundo de coisas acabadas e formas fixas, de relações entre coisas, e não mais entre gente, entre indivíduos, aos espectadores desse mundo, os indivíduos trabalhadores, nada mais resta senão se resignar: “O indivíduo pode, portanto, utilizar seu conhecimento sobre essas leis a seu favor, sem que lhe seja dado exercer, mesmo nesse caso, uma influência transformadora sobre o processo real por meio de sua atividade.”¹⁰⁷

Ele pode, no máximo, ser um bom conhecedor das leis eternas e imutáveis que regem o sistema capitalista. Ele pode ser um bom jogador, um bom burguês. Mas ele não pode mudar o sistema. Ele não age, não há práxis. Como uma peça em um tabuleiro de xadrez, ele se move no mundo conforme as determinações que o sistema lhe impõe; conforme as regras, a forma rígida e fixa das normas: apenas cumpre com

¹⁰⁷ LUKÁCS, 2012, p. 199.

seus deveres. Quando muito, é uma peça que não é devorada pelo sistema. E em sua vida ordinária, é uma peça sem nenhuma expressão para o mundo.

A contemplação é o resultado, em forma de subjetividade, da reificação do mundo:

Subjetivamente, [...] quando a atividade do homem se objetiva em relação a ele, torna-se uma mercadoria que é submetida à objetividade estranha aos homens, de leis sociais naturais, e deve executar seus movimentos de maneira tão independentemente dos homens como qualquer bem destinado à satisfação de necessidades que se tornou artigo de consumo.¹⁰⁸

Mais do que transformar a força de trabalho em uma mercadoria, mais do que transformar o produto do trabalho em uma mercadoria, a atitude contemplativa, a observância das leis naturais transforma a própria atividade do trabalho em uma mercadoria. A consequência direta torna-se que a própria atividade que o indivíduo realiza se transforma em uma entidade autônoma, independente dele mesmo, e que determina sua existência a partir de um mundo objetivo acabado. O trabalho abstrato se torna a forma concreta de objetividade e subjetividade na sociedade capitalista:

[...] o trabalho abstrato, igual, comparável, mensurável com uma precisão crescente em relação ao tempo de trabalho socialmente necessário [...] se torna uma categoria social que influencia de maneira decisiva a forma de objetivação tanto dos objetos como dos sujeitos da sociedade emergente, de sua relação com a natureza, das relações dos homens entre si que nela são possíveis.¹⁰⁹

Ele absorve as diversas manifestações do trabalho útil, e unifica sob si toda relação que antes os indivíduos realizavam. Transforma e domina a forma específica de relação com a natureza: o metabolismo com a natureza se transforma em um metabolismo da mercadoria com a natureza. Transforma, domina e efetiva o metabolismo social: as relações sociais, antes a relação direta de cada indivíduo com outros na sociedade, através da troca dos produtos dos seus trabalhos, se transforma na relação social entre mercadorias, realizadas por mercadorias, para efetivar as próprias mercadorias.

¹⁰⁸ Ibidem, pp. 199-200.

¹⁰⁹ Ibidem, pp. 200-201.

E se podemos dizer que o “caráter fetichista do mundo das mercadorias surge [...] do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias”¹¹⁰, a atitude passiva do sujeito na sociedade capitalista surge da transformação da atividade do trabalho em uma mercadoria: advém também do caráter social do trabalho que produz mercadorias. Assim, as formas de objetividade e subjetividade que advém da reificação, nada mais são do que a produção de um mundo acabado de sujeitos, que transformam os sujeitos do mundo em objetos dos objetos que produzem.

4.8 A RACIONALIZAÇÃO COMO PRINCÍPIO

Mas o problema da reificação não repousa na forma mercantil enquanto relação social de trabalhos. Enquanto meio de circulação, a forma mercantil nada mais é do que a forma com a qual o trabalho se manifesta socialmente. Para que o problema da reificação apareça, a forma mercantil deve ir para além da simples relação de mercadorias, ou de uma “ação desagregadora” que o acúmulo de posses possa causar no interior de uma sociedade:

[...] essa ação exercida no interior da estrutura social também não basta para fazer da forma mercantil a forma constitutiva de uma sociedade. Para tanto, ela tem de penetrar [...] no conjunto das manifestações vitais da sociedade e remodelar tais manifestações à sua própria imagem, e não simplesmente ligar-se exteriormente a processos voltados para a produção de valores de uso e em si mesmos independentes dela.¹¹¹

A reificação só pode aparecer quando a forma mercantil remodela a sociedade segundo sua própria imagem. A forma mercantil, como vimos, determina as formas de objetividade e subjetividade da vida. Ela determina especificamente o trabalho. Determinando o trabalho ela determina tudo o que resulta dele: os objetos, o mundo, os indivíduos, a própria atividade. Para ficar na dualidade da vida, ela determina segundo sua própria imagem aqueles metabolismos com a natureza e com sociedade.

É a *racionalização*, é a *parcialização*, a *atomização* da vida em seus pormenores, que reconfigura as manifestações vitais. E tudo o que falamos até aqui é só a realização deste processo de racionalização da vida no mundo. Transformar o

¹¹⁰ MARX, 2013, p. 148.

¹¹¹ LUKÁCS, 2012, p. 196.

trabalho concreto e útil em trabalho abstrato, para poder transformar não só o produto do trabalho, mas também o próprio trabalho, enquanto atividade, e o trabalhador em mercadorias é o princípio deste processo.

A partir dele, essa racionalização se estende sobre várias outras manifestações da vida em sociedade: a política, a cultura, a saúde e a vida, a religião, a própria forma de conhecer o mundo. Ela opera com a seguinte ordenação: reduzir tudo ao mero cálculo previsível; tudo é reduzido a *possibilidade de cálculo*. O que não é reduzível, aquilo que não é calculável, aquilo que a razão não consegue dar conta, isso é destruído, esquecido, eliminado. No trabalho essa racionalização representa “uma eliminação cada vez maior das propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador”.¹¹² Tudo é reduzido a razão, e o *irracional* é sistematicamente abolido das diversas esferas da vida.

Para o indivíduo trabalhador, a racionalização da sua atividade é a continua fragmentação de todo o processo em operações cada vez mais parciais, mais isoladas, mais abstratas. E cada operação parcial é racionalmente construída a partir de si mesmo, com uma lógica interna, necessidades arbitrariamente postas. A razão se torna uma forma, externa e estranha, e opera com princípio de alienação dos sujeitos.

4.9 A RACIONALIZAÇÃO E SUAS FORMAS

Como forma, a razão é, para a sociedade em geral, o princípio sem o qual a forma mercantil não se estabelece como forma universal. A universalização da forma mercantil advém da razão como forma universal. E a partir da forma de racionalização dos processos da vida, advém formas complementares de objetividade e subjetividade. Subjetivamente, a fragmentação do processo do trabalho em operações parciais desfaz os vínculos do trabalhador com o objeto de seu trabalho. Objetivamente, com a continua e crescente fragmentação, o que antes era o modo de exteriorização de cada indivíduo no mundo, passa a ser o modo como o mundo conforma e determina, exteriormente, todo indivíduo.

¹¹² Ibidem, p. 201.

Os vínculos do trabalhador com o produto do trabalho são também seus vínculos com o mundo que produz. Agora, essa relação com o mundo não existe mais: “[...] o processo de trabalho é fragmentado [...] em operações parciais abstratamente racionais, o que interrompe a relação do trabalhador com o produto acabado e reduz seu trabalho a uma função especial que se repete mecanicamente.”¹¹³ Assim, além de romper com as relações do trabalhador com o mundo, a racionalização do trabalho transforma também sua forma de interação com esse mundo em uma atividade meramente mecânica e repetitiva. Ele vira uma engrenagem que, quando muito, compreende muito bem seu próprio movimento, mas desconhece por completo a totalidade do movimento da máquina – “Com a especialização do trabalho, perdeu-se toda imagem da totalidade”¹¹⁴.

E o mundo se apresenta como totalidade. Mas uma *falsa* totalidade: uma soma de operações parciais e arbitrárias, que não compõem uma imagem singular, pois cada parte se torna independente da totalidade da sociedade. Esse mundo, então, se apresenta racional em seus pormenores, em suas funções parciais, mas incalculável em sua manifestação enquanto um singular – enquanto imagem de totalidade é irracional. E é justamente essa imagem de totalidade que deve ser perdida, para que a forma mercantil possa se assumir como forma universal de todo ser social.

A forma de objetividade que resulta desse processo, condiciona o trabalhador em toda sua vida, num movimento que não o deixa mais sair de si, ele não pode mais se exteriorizar. Essa forma de objetividade, que decorre de seus próprios atos, passa a determina-lo de fora para dentro. Sob este aspecto tudo aquilo que era antes determinado materialmente na sua relação com a natureza e com outros trabalhadores se transforma num dado objetivamente abstrato que passa a regular sua real atividade no mundo.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Ibidem, p. 228.

[...] à medida que a racionalização e a mecanização se intensificam, o período de trabalho socialmente necessário, que forma a base do cálculo racional, deixa de ser considerado como o tempo médio e empírico para figurar como uma quantidade de trabalho objetivamente calculável, que se opõe ao trabalhador sob a forma de uma objetividade pronta e estabelecida. Com a moderna análise “psicológica” do processo de trabalho (sistema Taylor), essa mecanização racional penetra até na “alma” do trabalhador: inclusive suas qualidades psicológicas são separadas do conjunto de sua personalidade e são objetivadas em relação a esta última, para poderem ser integradas em sistemas especiais e racionais e reconduzidas ao conceito calculador.¹¹⁵

A forma de objetividade se apresenta “pronta e estabelecida”, ela é um mundo acabado que determina, independente de toda materialidade da realidade, as formas de subjetividade que emergem (ou podem emergir) dessa relação reificada. Essa relação entre “coisas” que se desgastam no trabalho. Essa relação entre indivíduos que se tornaram coisas do mundo. E como coisas, possuem propriedades abstratas que podem ser separadas do conjunto de sua personalidade, para se objetivarem com relação a eles mesmos. O conjunto de atributos que compunha a personalidade de um indivíduo se tornou um conjunto de propriedades, que tem existência fora dele. São competências e habilidades que ele deve desenvolver; são conhecimentos que ele deve aprender – conhecimentos valorizáveis economicamente.

E o tempo, que antes era determinado segundo relações materiais, agora é objetivado: “O tempo perde, assim, seu caráter qualitativo, mutável e fluido: ele se fixa num *continuum* delimitado com precisão, quantitativamente mensurável, pleno de “coisas” quantitativamente mensuráveis [...]; torna-se um espaço.”¹¹⁶ Ele se torna uma parte do mundo objetivo, racionalizado, mensurável até o milésimo de segundo, e determinará, como parte deste princípio racional da forma mercantil, toda vida no interior da sociedade capitalista.

4.10 A RACIONALIZAÇÃO E A UNIDADE ORGÂNICA

No entanto, para além de alienar o trabalhador de sua personalidade, tornando-a, assim, estranha ele, e de objetivar o tempo como uma coisa externa e quantificável, a racionalização do processo de trabalho quebra as formas empíricas da efetivação do trabalho, transformando-o também em uma coisa externa e

¹¹⁵ Ibidem, pp. 201-202.

¹¹⁶ LUKÁCS, 2012, p. 205.

quantificável. Para quebrar essas formas empíricas da realidade, a racionalização necessita “romper com a unidade orgânica de produtos acabados, baseados na *ligação tradicional de experiências concretas do trabalho* [...]”.¹¹⁷

No entanto, a racionalização do trabalho, através da especialização, transforma a totalidade do processo de trabalho:

O processo torna-se a reunião objetiva de sistemas parciais racionalizados, cuja unidade é determinada pelo puro cálculo, que por sua vez devem aparecer *arbitrariamente* ligados uns aos outros. A análise racional e por cálculo do processo do trabalho aniquila a necessidade orgânica das operações parciais, que se relacionam umas com as outras e que se ligam ao produto formando uma unidade. A unidade do produto como mercadoria não coincide mais com sua unidade como valor de uso.¹¹⁸

Objetivamente, assim, o produto do trabalho não é mais uma unidade orgânica. Pois ele é o resultado de operações parciais arbitrárias, cuja articulação não é a totalização da finalidade de cada parte integrada a finalidade do todo. A unidade da mercadoria, através da especialização, é a unidade de processos ligados arbitrariamente, independentes das formas específicas sob as quais são produzidos.

Subjetivamente, “[...] essa fragmentação do objeto da produção implica necessariamente na fragmentação do seu sujeito.”¹¹⁹ Tudo aquilo que o trabalhador deixava no produto do seu trabalho, enquanto determinação qualitativa de sua própria existência, passa a ser visto como “*simples fontes de erro*”¹²⁰, que interpelam e atrapalham o cálculo e a racionalização do processo de produção. As coisas passam a ter sua qualidade determinadas não pelos trabalhos que as produzem empiricamente, mas por determinações abstratas de imagens exteriorizadas, que regulam, de fora para dentro, o dispêndio da força de trabalho.

O homem não aparece, nem objetivamente, nem em seu comportamento em relação ao processo de trabalho, como o verdadeiro portador desse processo; em vez disso, ele é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que já encontra pronto e funcionando de modo totalmente independente dele, e a cujas leis ele deve se submeter.¹²¹

¹¹⁷ Ibidem, p. 202.

¹¹⁸ Ibidem, p. 202-203.

¹¹⁹ Ibidem, p. 203.

¹²⁰ Ibidem.

¹²¹ Ibidem, p. 203-204

A mercadoria é o sujeito do mundo; o trabalhador tornou-se seu objeto. Portanto, o trabalho deixa de ser práxis, e a práxis se torna uma contemplação da forma natural do mundo. Não há mais mudança possível. Há meramente a rearticulação, ou, no máximo, a reordenação da estrutura interior da mesma forma histórica. O futuro é a reordenação do presente. É o fim da História. É a perpetuação da mercadoria como forma universal de conformação e delimitação de todo *ser social*.¹²²

¹²² Cf. ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo:** e outros estudos sobre a Era da Emergência. São Paulo: Boitempo, 2014. Em especial o primeiro capítulo que dá nome ao livro *O novo tempo do mundo*, pp. 27-97.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A razão é o elemento transformador da sociedade capitalista. A racionalização do trabalho, através da contínua divisão do processo de produção, é extrapolada para outras esferas de manifestação da vida humana em sociedade. A divisão, a organização, o cálculo e a *abstração* do trabalho retiram do produto do trabalho, da mercadoria, sua determinação qualitativa.

A mercadoria é, assim, o objeto criado para a troca; ela é valor de troca, sendo desvinculado de si seu valor de uso, isto é, seu valor em vista de um fim humano. O valor de uso é a determinação qualitativa de todo trabalho abstrato; ao suprimir, na produção do objeto, seu valor de uso, a forma mercantil suprime do objeto a determinação do trabalho que o criou; suprime do objeto seu caráter humano.

Como fenômeno isolado, a mercadoria é expressão contingente de valor; como forma universal do processo de produção é expressão necessária de valor, tornando este um elemento natural da vida humana. Portanto, há uma diferença essencial na mercadoria enquanto objeto sobressalente do consumo interno, e enquanto objeto principal do processo de produção.

No primeiro, os objetos são produzidos em vista de seu uso, seu valor de uso; no segundo, como expressão de trabalho humano abstrato, isto é, em vista de seu valor para a troca. Esta troca de sobressalentes, do excesso de produção, produz uma “ação desagregadora”, um descompasso interno na comunidade.

A mercadoria deve passar de forma particular contingente, para forma universalmente necessária de produção de valor. Ao realizar tal passagem, ela se torna a forma estrutural de todas as relações humanas. Ela passa a ser o modo de dominação efetivo sobre toda a sociedade, onde toda relação entre os homens passa a ser feita *através* da mercadoria. Ao ser produzida, ela supera suas características físicas e sensíveis, e se envolve em um invólucro místico; torna-se manifestação física (*sinlich*) de um objeto além de qualquer forma de sensação (*übersinlich*). O produto do trabalho humano aparece para o homem como um enigma, um código indecifrável e ininteligível; uma rede de formas complexas e intermediadas que cada vez mais escondem o mundo e as relações humanas.

As mercadorias, então, se apresentam aos homens não como produtos de seus trabalhos, ou qualquer trabalho humano, mas como produtos acabados e naturalizados. É somente com o desenvolvimento do capitalismo moderno que a

forma mercantil – a organização social do trabalho para a produção de valores de troca – se torna hegemônica. E é justamente este projeto hegemônico e homogeneizador que caracteriza o desenvolvimento deste sistema. O trabalho, antes substancializado no corpo do trabalhador, é abstraído: a qualidade subjetiva dos trabalhos individuais se perde; em seu lugar surge uma qualidade objetiva, mensurada e racionalizada, exterior ao próprio trabalhador.

O trabalhador, antes escravizado por corpo e alma, passa a ser possuidor de seu próprio corpo; e, portanto, possuidor da força de trabalho tornada mercadoria. Ao alienar/vender sua força de trabalho, o trabalhador se torna um ser alienado/estranhado de si. Ou seja, como vendedor de força de trabalho no mercado, ele não se relaciona mais com os produtos imediatos de sua ação no mundo; ele é tornado um ser abstrato. Perdem-se os indivíduos trabalhadores; ganha-se uma massa trabalhadora amorfa, capaz de fornecer força de trabalho no mercado.

A qualidade subjetiva do trabalho é perdida, não é mais um trabalho determinado materialmente na coisa, pois o processo de trabalho é calculado, dividido, *parcializado*. A unidade orgânica, irracional em suas partes, com a qual o valor de uso é produzido é perdida; para substituí-la surge uma unidade artificial e inorgânica da soma das operações parciais racionalizadas, incoerentes e discordantes entre si, irracionais em sua unidade, abstraídas de toda e qualquer determinação material do trabalho que as realiza.

Esse processo de abstração e divisão do trabalho exerce no trabalhador, durante a produção, o mesmo fetiche que a mercadoria exerce nos homens no mercado, pois ele desassocia o trabalhador da totalidade da produção, tornando a relação com o produto final de seu trabalho uma relação estranhada, alienada, transformando o trabalho qualitativamente determinado, em um trabalho abstratamente contemplativo.

A especificidade da mercadoria, enquanto forma universal de produção, nos demonstra como é realizado o processo de alienação do mundo através do uso da razão: subjetivamente, aliena o agente da efetividade de sua ação, fazendo desse um espectador do processo que se efetua abstratamente. Objetivamente, faz com que os produtos desse processo se tornem objetos estranhos àqueles que o realizaram, retirando das relações imediatas no mundo em comum aqueles que o criaram.

A inversão que a reificação e o fetichismo operam destitui o humano da posição de sujeito histórico-social, tornando-o objeto do processo histórico-natural.

Essa objetificação da posição do humano é o resultado da quebra dos processos que constituem a totalidade da vida efetiva em sistemas parciais, cuja unidade não é mais do que a soma antagônica de elementos particulares racionalmente divididos.

O trabalho humano abstrato, enquanto uma categoria universal que denota a produtividade inerente ao metabolismo humano com a natureza, é a forma sob a qual se realizam a racionalização da vida e a reificação da consciência. Para a forma mercantil, a abstração possui uma importância maior do que o imediatismo de sua função (ser o elemento comum de todo trabalho humano materialmente determinado).

Enquanto é o denominador comum a toda troca de mercadorias, enquanto expressão real do valor delas, o trabalho humano abstrato é a expressão da igualdade *formal* das mercadorias. Porém, dentro da racionalização, o trabalho humano abstrato supera seu imediatismo como elemento comum *na* troca, e passa a ser o *princípio real* da determinação material do trabalho (através da forma mercantil)

O que entra em jogo é uma constante racionalização do trabalho, que cada vez mais perde seu caráter sensível; pois, para poder calcular o trabalho humano abstrato, é preciso romper todas as relações desse com o fundamento real de sua existência: deixar de ser trabalho humano materialmente determinado. Em última instância, o trabalho humano abstrato rompe com a *unidade orgânica* do produto final, pois a determinação material do produto é também a determinação material do trabalho que o produziu. Com a divisão continuamente crescente do trabalho, as qualidades materialmente efetivas do trabalhador no produto final se perdem, são eliminadas como fonte de erro e imprevisibilidade.

Quando isso acontece, o *trabalho abstrato* passa a substituir o *trabalho materialmente determinado* na relação imediata do trabalhador com o processo do trabalho. O próprio tempo do trabalho já não pode figurar como um elemento subjetivo – outrora determinado pelo tempo de trabalho *socialmente necessário*. Ele passa a ser determinado objetiva e exteriormente; o tempo do trabalhador passa a ser o mesmo tempo com que o trem se desloca de estação em estação, que as engrenagens do relógio demarcam as badaladas. O tempo passa a ser exterior ao trabalhador. Esta objetificação do tempo é o resultado da racionalização (cálculo, divisão, parcialização) do tempo de trabalho; isto é, a mesma racionalidade que controla o processo de trabalho, passa a controlar também o tempo.

Essa razão com a qual a forma mercantil controla o processo de produção de mercadorias é transposta para todos os outros processos e fenômenos da vida. Tudo

o que condiciona a vida do trabalhador é matéria de estudo e pesquisa, tudo é calculado e contabilizado. O capital, através do mercado, passa a ser o *regulador do metabolismo social*; toda manifestação passa a ser sob o signo da razão burguesa.

A racionalização extrema, a previsibilidade, o cálculo, a contabilidade de cada ato e acontecimento é possibilitado pela divisão e atomização de todos os processos sociais em sistemas parciais fechados. A relação entre os sistemas parciais é contingente; sua unidade é o resultado da junção arbitrária de processos que se voltam uns contra os outros. A unidade do sistema racional totalizante, resultante da estrutura social imposta pelo racionalismo, nada mais é do que a supra ordenação e subordinação desses sistemas parciais; de tal forma que o *princípio* de racionalização, de *sistematização* do mundo, deve conter em si todas as consequências e desenvolvimentos possíveis do sistema – tudo é *suscitado, previsto, calculado* a partir do princípio racionalizante.

Esse método racional de controle social advém da fundação das ciências modernas sob o método da Matemática: parte-se da definição axiomática de verdades auto evidentes, fundamentando todo raciocínio subsequente; todo conhecimento que advém deste método não é senão o desenvolvimento dedutivo a partir das primeiras verdades axiomáticas. Trata-se da coordenação (supra-ordenação e subordinação) de toda a vida, em todas as suas manifestações, de modo a extinguir do convívio social aquele conteúdo irracional do conceito de *humano*. Constrói-se a humanidade pela desumanização e extermínio do outro; de tudo aquilo que é outro.

A estrutura resultante do processo de produção capitalista efetiva este estranho paradoxo, onde: todo fenômeno social particular está limitado pelas necessidades das leis que o dominam isoladamente; mas na singularização destes fenômenos, estas mesmas leis demonstram-se tão contraditórias a ponto de se anularem. A reificação é a consequência final dessa estrutura. Toda a unidade orgânica da vida é abstraída, e seus elementos particulares se tornam isolados uns dos outros. Mas enquanto alienação da consciência do trabalho (a consciência estranhada da atividade do trabalho), a reificação é um fenômeno subjetivo. Objetivamente, enquanto consciência estranhada do mundo comum, é o fetichismo da mercadoria que denota o fenômeno da alienação.

O caráter fetichista da mercadoria é a aparência, a qualidade sensível com a qual todo objeto existe no mundo, que se torna um embuste. É superando sua qualidade sensível que a mercadoria torna as relações sociais entre os homens em

uma relação social entre as coisas; uma fantasmagoria, um feitiço que conjura um fantasma sobre as relações humanas socialmente determinadas. Os homens se tornam os objetos das relações sociais estabelecidas entre as coisas, as relações humanas se tornam relações reificadas. No entanto, a alienação da consciência é comum a outras estruturas sociais.

O que o capitalismo instaura (pela reificação e pelo fetichismo) é um modo inédito e inovador de alienação, onde as relações humanas personificadas tornam-se relações objetificadas. O capitalismo foi o primeiro a produzir, através de uma estrutura econômica universal, uma estrutura irracionalmente unitária para toda a sociedade. Tal estrutura abarca toda e qualquer experiência do real, buscando, pela razão, controlar a totalidade da vida.

A consciência torna-se estranha ao mundo que a determina; passa a ter nas formas alienadas da estrutura universal da forma mercantil a realidade das relações sociais e objetivas que a constituem. A consciência assim determinada apenas reproduz e perpetua a forma mercantil como representante único de todo seu processo vital, seu metabolismo vivo, ativo, transformador. Torna-se o objeto passivo de um sistema pronto e acabado, completamente abstraído do mundo, e que determinará toda relação da consciência com a experiência real *a priori*.

Subjetivamente, como a determinação material de trabalho humano abstrato pelo uso do seu corpo, o homem perde a capacidade de interferir ativamente no processo de produção, o processo de uso de seu corpo. Objetivamente, não reconhece mais nas coisas o trabalho humano que as produziram.

As mercadorias, o produto final do processo de produção, se tornam signos indecifráveis, que mediam as relações humanas dentro da sociedade capitalista. Foi a racionalização do trabalho, a divisão do processo em sistemas parciais isolados, que separou a consciência do trabalhador do processo de trabalho, o alienando desse. A divisão do trabalho torna o processo ativo de fabricação numa atitude contemplativa perante o sistema fechado, com uma duração determinada objetivamente.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA DA SILVA, Arlenice. O lirismo em György Lukács. In: **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 119, p. 93-113.
- ARANTES, Paulo. **O Novo Tempo do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12. ed rev. Tradução de Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- ARISTÓTELES. **Física I-II**. Tradução de Lucas Angioni. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Editora 34, 2009.
- BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Antonio Monteiro Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CAFIERO, Carlos. **"O Capital": uma leitura popular**. Tradução de Mário Curvello. São Paulo: Editora Polis, 1981.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FAUSTO, Ruy. **Sentido da dialética: Marx: lógica e política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- GIANNOTTI, José Arthur. **Trabalho e Reflexão: Ensaios para uma dialética da sociabilidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. **Deutsches Wörterbuch von Jacob Grimm un Wilhelm Grimm**. Leipzig: Verlag von S. Hirzel, 1854. Disponível em: http://woerterbuchnetz.de/cgi-bin/WBNetz/wbgui_py?sigle=DWB. Acesso em 20 de ago. de 2018.
- GONZALES, Amanda. **Transformações de Emília nas obras de Monteiro Lobato: a boneca que virou gente**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Letras – Português) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência de la Lógica**. Tradução de Rodolfo Mondolfo e Augusta Mondolfo. 4ª. ed. Buenos Aires: Solar, 1976.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio: I – Ciência da Lógica**. Tradução de Paulo Meneses e José Machado. v. 1. São Paulo: Loyola, 1995.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio: II – A Filosofia da Natureza**. Tradução de José Machado e Paulo Meneses. v. 2. São Paulo: Loyola, 1997.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2014.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da Lógica: 1 - A doutrina do ser**. Tradução de Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini, RJ: Vozes, 2016.

- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da Lógica: 2 - A doutrina da Essência**. Tradução de Christian G. Iber e Federico Orsini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- LÖWY, Michael. **Georg Lukács: From Romanticism to Bolshevism**. Tradução de Patrick Carmiller. Londres: NLB, 1979.
- LÖWY, Michael. **Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários**. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.
- LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Tradução de Anderson Gonçalves. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina**. 2ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LÖWY, Michael; BENSÄID, Daniel. **Marxismo, Modernidade, Utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.
- LUKÁCS, György. **Geschichte und KlassenBewusstsein: Studien über marxistische Dialektik**. Berlin: Malik-Verlag, 1923.
- LUKÁCS, György. **A Teoria do Romance**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Editora 34, 2007.
- LUKÁCS, György. **Romance Histórico**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução de Rodnei Nascimento. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- LUKÁCS, György. **A alma e as formas: Ensaio**. Tradução de Rainer Patriota. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- LUKÁCS, György. **Reboquismo e dialética: uma resposta aos críticos de História e consciência de classe**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MAESO, Benito Eduardo. **As diferenças em comum: Deleuze, Marx e o agora**. Tese (doutorado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Tradução de A. Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- MARRAMAO, Giacomo. **Marxismo e Revisionismo in Italia**. Bari: De Donato Editore, 1971.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle; Celso Naoto e Márcio Bilharinho Naves. São Paulo: Boitempo, v. I, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, v. II, 2015.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, v. III, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. Ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MÉSZÁROS, István. **Aspects of history and class consciousness**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1971.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1987.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 2^a. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

NOBRE, Marcos. **Lukács e os Limites da Reificação**: um estudo sobre História e Consciência de Classe. São Paulo: Editora 34, 2001.

PATRIOTA, Rainer. **Der Spiegel entrevista o filósofo Lukács**. *Verinotio*, 9, n. Edição Especial: J. Chasin, Nov. 2008. 333-350.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Tradução de Fanny Wrabel. 2. Ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

REICHEL, Helmut. **Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx**. Tradução de Nélcio Schneider. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RUBIN, Ivan Ilitch. **A Teoria Marxista do Valor**. Tradução de José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Polis, 1987.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.